A hand is shown touching the surface of water, creating ripples. The background is a vast, blue-toned landscape, possibly a beach or a large body of water, under a clear sky. The overall color palette is dominated by various shades of blue and teal, with the hand providing a warm, reddish-brown contrast.

RELATÓRIO DE GESTÃO E CONTAS

2022

TERMAS SÃO PEDRO DO SUL

SÊ COMO A ÁGUA

1 - NOTA INTRODUTÓRIA



Nos termos do artigo 9º dos seus estatutos, compete ao Conselho de Administração apresentar anualmente à Assembleia Geral, o relatório de Gestão, as contas do exercício e demais documentos de prestação de contas, relativos ao ano de 2022.

O presente relatório de gestão expressa de forma apropriada a situação financeira e os resultados da atividade exercida no período económico findo em 31 de dezembro de 2022.

É elaborado nos termos do artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais (CSC) e contém uma exposição fiel e clara da evolução dos negócios, do desempenho e da posição financeira da Empresa, procedendo a uma análise equilibrada e global da evolução dos negócios, dos resultados e da sua posição financeira, em conformidade com a dimensão e complexidade da sua atividade, bem como uma descrição dos principais riscos e incertezas com que a Empresa se defronta.

TERMAS
SÃO PEDRO
DO SUL

2 - APRESENTAÇÃO DA EMPRESA

Identificação:

Termalistur – Termas de S. Pedro do Sul, E.M., S.A.

Sede Social:

Praça Dr. António José de Almeida – Termas de S. Pedro do Sul
3660 – 692 Várzea SPS

Caracterização Jurídica:

Sociedade Anónima com o n.º de pessoa coletiva 506817997

Capital social:

O capital social da empresa é no montante de 4.559.379 € (3.320.335,73 € em dinheiro e 1.239.043,27 € em espécie), estando totalmente realizado e é detido integralmente pelo Município de S. Pedro do Sul, a 31/12/2022, a empresa detinha um capital social de 4.559.379 ações, ao valor nominal de 1 euro por ação.

Contactos:

Telefone: 232 720 300

Fax: 232 712 152

Internet/email: www.termas-spsul.com / geral@termas-spsul.com

3 - ÓRGÃOS SOCIAIS

Nos termos dos seus estatutos, a Termalitur – Termas de S. Pedro do Sul, E.M., S.A., tem o seu Conselho de Administração composto por três Administradores, sendo um Presidente e dois Vogais.

O Conselho de Administração nomeado pela Assembleia Geral da Termalitur para o quadriénio 2021/2025, tem a seguinte composição:



Presidente:

Dr. Victor Jorge Paiva Leal



Vogal:

Dr. Fernando Varanda Aido



Vogal:

Dra. Teresa Cristina Castanheira de Almeida Sobrinho

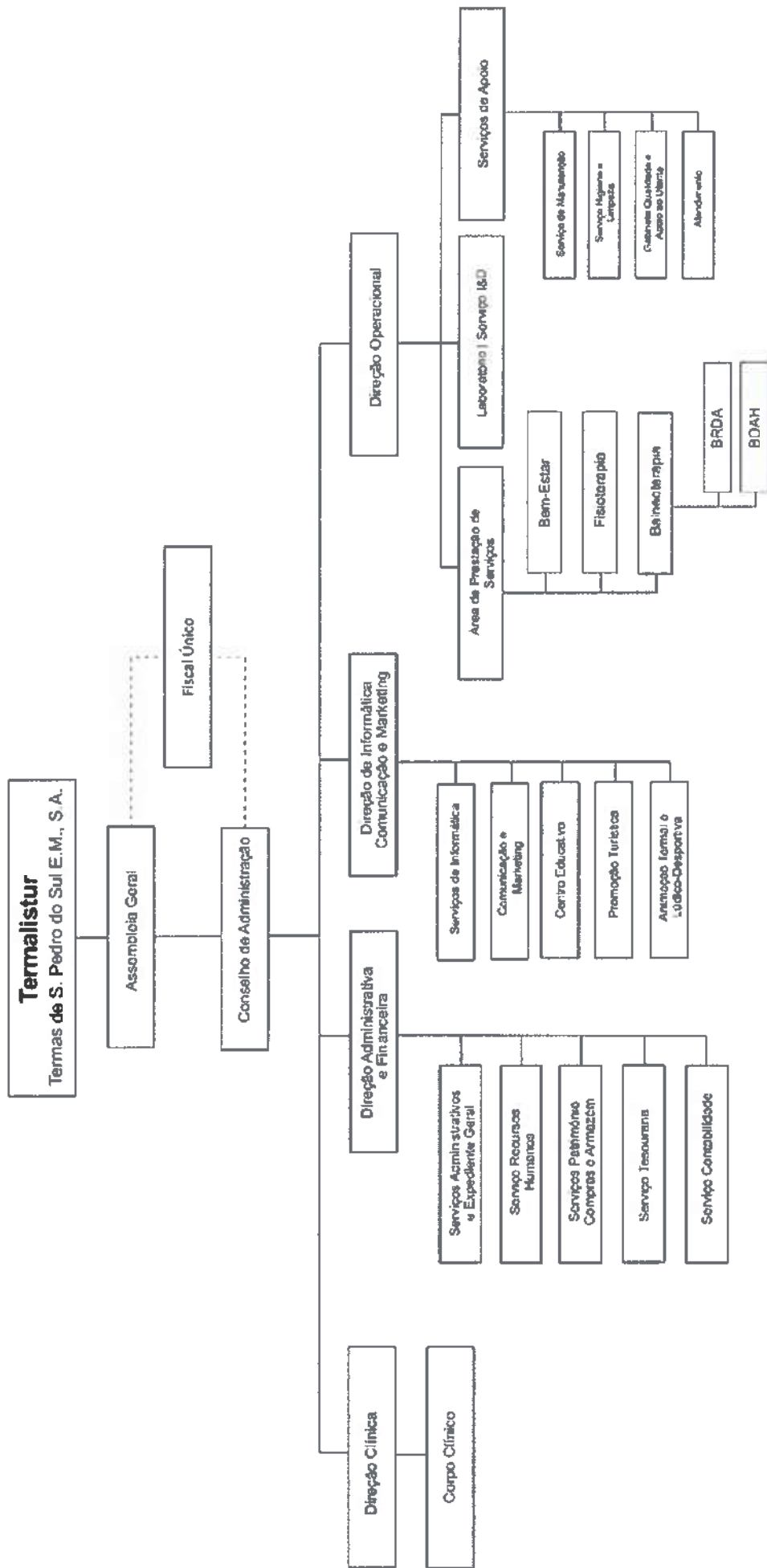
Fiscal Único:

Dra. Margarida Cecília Pais de Oliveira Carragoso



4 - ORGANIGRAMA

Handwritten signature/initials



5 - ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO



O ano de 2022 marca o início da Guerra da Ucrânia. No que se esperava ser o primeiro ano de recuperação pós-COVID-19, o mundo assistiu em choque à invasão da Ucrânia pela Rússia, o que teve como consequência a natural degradação do comércio mundial.

A Ucrânia, responsável por 10% a 15% da produção mundial de alguns dos principais cereais, viu grande parte do seu território destruído, e vive atualmente uma alteração demográfica provocada pelo recrutamento obrigatório da população masculina.

Por sua vez, as sanções impostas à Rússia pelos principais mercados internacionais conduziram a retaliações, nomeadamente ao corte do abastecimento de combustível e gás ao Ocidente. A destruição da Ucrânia e a exclusão económica da Rússia fizeram disparar os preços mundiais, o que por sua vez levou a níveis de inflação históricos.

Ao mesmo tempo que o mundo lidava com os impactos da guerra, o vírus COVID-19 também recordava as populações que ainda se encontrava no ativo. Embora tal não tenha impedido a maioria dos países de flexibilizar as medidas de combate à pandemia, houve alguns que não seguiram esta tendência, como é o caso da China, que chegou a adotar uma política de “Zero Covid” onde os cidadãos foram impedidos de sair das suas residências.

O ano ficou ainda marcado por diversos solavancos políticos, sociais e culturais por todo o mundo. O Reino Unido viu terminar antecipadamente o mandato do primeiro-ministro Boris Johnson, e quase não chegou a ver o mandato de Liz Truss que ocupou o cargo apenas durante 50 dias até dar lugar a Rishi Sunak, um carrossel político que parou apenas para o luto pela morte da rainha Isabel II que se sentava no trono há 70 anos. Os Estados Unidos também enfrentaram várias ondas de manifestações, principalmente devido às mudanças nas leis de aborto e aos desastres causados por tiroteios em escolas. No Irão subiu o tom de contestação às leis sobre as mulheres após a morte de Mahsa Amini de 16 anos às mãos da “polícia moral” deste país, indignação que se constata também no Afeganistão, onde na reta final do ano, as mulheres foram proibidas de trabalhar e de estudar em universidades.

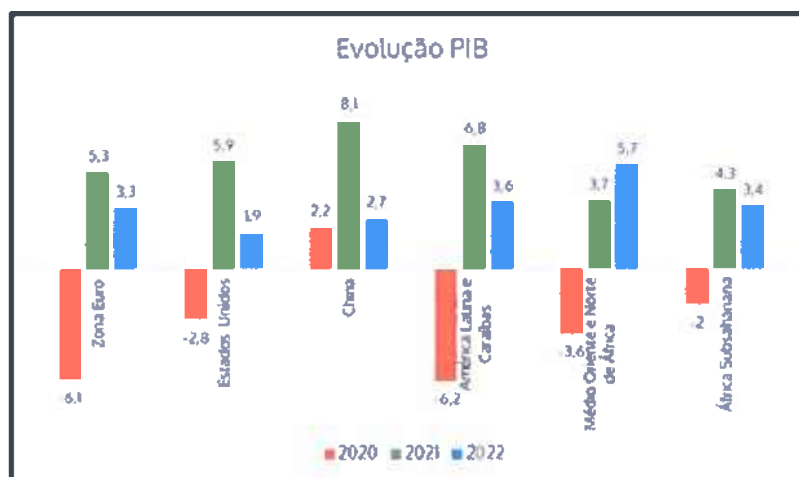
✓✓
D.A.

Num ano já difícil, foi ainda necessário arranjar tempo para as alterações climáticas enquanto vários países lidavam com tempestades, secas e cheias históricas.

5.1. A NÍVEL INTERNACIONAL E EUROPEU

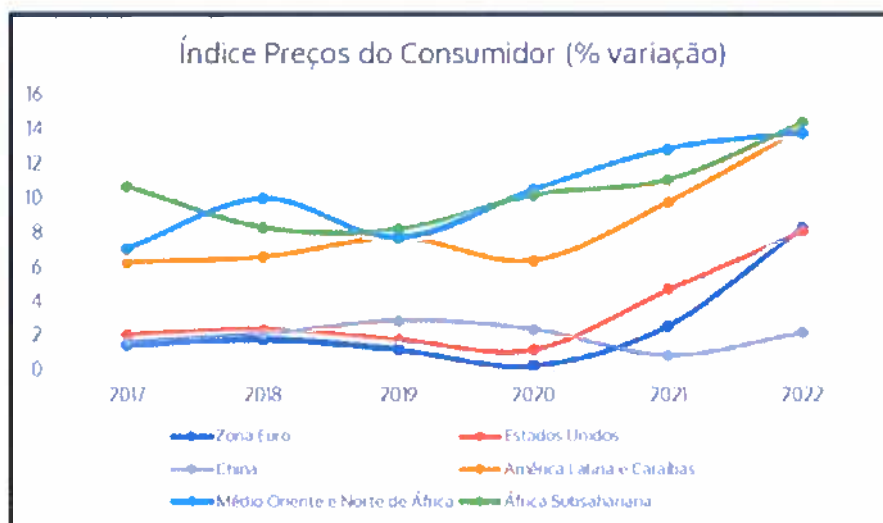
O ano de 2022 foi marcado por três grandes desafios para a economia mundial. Um deles foi a guerra na Ucrânia, que causou grandes interrupções nas cadeias de abastecimento, particularmente de cereais por parte da Ucrânia e de energia onde o fornecimento de gás da Rússia caiu para menos de 20% do observado em 2021. Outro desafio foi a inflação, acompanhada de um aumento significativo do valor do dólar americano em relação a outras moedas, o que prejudica principalmente as economias emergentes e em desenvolvimento.

Por fim, outro grande desafio para a economia global foi o enfraquecimento do crescimento económico da China. O país enfrentou dois problemas fundamentais: a pandemia, que levou a políticas de "Zero Covid" com restrições severas à mobilidade dos seus cidadãos, o que afetou a economia; e agravou o segundo problema: a instabilidade no mercado imobiliário. A economia chinesa é fortemente dependente do seu mercado imobiliário, e algumas das políticas recentes do governo têm levado à sua instabilidade.



Como pode ser visto no gráfico acima, as previsões do *Worldbank* indicam um crescimento significativamente menor do PIB em quase todas as principais regiões do globo, exceto no Médio Oriente e Norte de África. Esta região tem um comportamento incomum devido principalmente à exportação de petróleo e a um impacto menor do que o esperado da guerra na Ucrânia na região.

Em oposição à diminuição do crescimento do PIB, há um aumento acentuado da inflação. É importante destacar que 2021 já foi um ano recorde para este indicador em países como os EUA, onde a inflação chegou a níveis não vistos desde 1968.



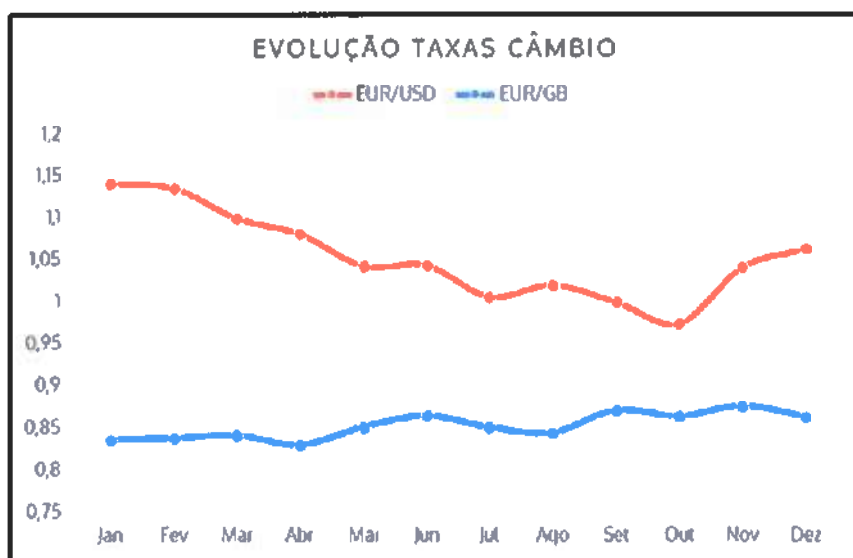
É esperado que a inflação mundial aumente de 4,7% em 2021 para 8,8% em 2022. Isto significa que as famílias têm menos poder de compra, dado que os seus salários não cresceram na mesma proporção. Além disso, várias regiões têm implementado medidas para procurar conter a escalada da inflação, incluindo aumentos nas taxas de juros. Estas medidas já estão a afetar setores como o imobiliário, onde as famílias assistem à subida das taxas de juros dos seus empréstimos. Há preocupações de que medidas para combater a inflação possam levar a uma rigidez adicional nos mercados financeiros, o que pode ter impacto nos mercados de dívida externa.

Um indicador económico que tem se comportado de forma diferente dos demais é o desemprego. Em 2021, quando a economia global parecia estar a recuperar, o desemprego aumentou. Mas este ano, quando essa recuperação foi interrompida, o desemprego começou a cair. Em 2021, a zona do Euro registou uma taxa de desemprego de 6,9% (dados do FMI de outubro de 2022) e em 2022 essa taxa caiu para 6,1% (dados do FMI de outubro de 2022), uma queda de 0,8 pontos percentuais. Os EUA, que tiveram uma taxa de desemprego de 5,4% em 2021 (dados do FMI de outubro de 2022), encerraram o ano de 2022 com uma taxa de 3,7% (dados do FMI de outubro de 2022), uma queda de 1,7 pontos percentuais. A explicação para esta queda não é simples, alguns especialistas apontam para a reabertura das economias, que levou ao retorno à atividade de várias empresas. Também é realçado o impacto das mudanças nas dinâmicas de trabalho causadas pela pandemia, como o aumento do teletrabalho, o que ampliou o mercado potencial de contratações. Por fim, há quem argumente que a maior ameaça atual

Handwritten marks and symbols in the top right corner of the page.

para as economias globais é a inflação e que tradicionalmente o desemprego e a inflação não estão fortemente relacionados. O desemprego tende a estar ligado às mudanças nas dinâmicas do mercado de trabalho e das empresas, enquanto a inflação está ligada a fatores de mercado e de oferta de matérias-primas, como energia.

Também vale a pena mencionar o fenómeno observado durante o ano no que diz respeito às taxas de câmbio, onde pela primeira vez desde 2005, o valor do euro caiu abaixo do valor do dólar.



Na vertente não financeira, continuam a existir muitos desafios. As economias avançadas estão a enfrentar uma crise demográfica à medida que as populações envelhecem e novos recordes de baixas taxas de natalidade são estabelecidos em países como o Japão. Este envelhecimento já é um fardo para os sistemas sociais de muitas economias e é esperado que piore.

A crise climática tem causado sérios impactos em todo o globo, com a ocorrência de eventos climáticos intensos a ser cada vez mais comum. Entre alguns destes fenómenos destacam-se as secas severas que têm afetado grande parte da Europa, e que se estima terem custado 20 mil milhões de euros em prejuízos. As tempestades tropicais nos EUA também têm causado muitos estragos, estimando-se que a tempestade Ian tenha causado prejuízos de 100 mil milhões de euros. A China tem sofrido com inundações e secas espalhadas por diferentes regiões, num total de 15 mil milhões de euros em prejuízos. As inundações no Paquistão causaram uma crise humanitária submergindo 10% do país, a seca no Brasil foi severa e o furacão Fiona em Porto Rico deixou 13.000 pessoas

desabrigadas e 90% da população sem água e eletricidade, todos estes eventos causaram um total de 3 mil milhões de euros em perdas.

Europa ●

Tal como as restantes regiões, a Europa tem sido afetada pela instabilidade económica mundial. A guerra na Ucrânia e a deterioração das relações com a Rússia levaram a grande instabilidade no preço da energia, que embora tenha vindo a cair na reta final do ano, continua a mostrar-se bastante volátil. A inflação disparou, sendo o setor alimentar o mais afetado, o que tem preocupado governantes à medida que mais e mais famílias têm dificuldade em colocar comida na mesa. Como tal, o FMI estima que o PIB europeu registe um crescimento de 2,9% em 2022, uma quebra quando comparado com os 5,9% de 2021.

O maior desafio que a Europa enfrentou durante 2022 foi a inflação, o Banco Central Europeu prevê que a inflação média do ano atinja os 8,4%, sendo o preço dos alimentos e da energia os que mais têm conduzido esta subida. Mas também os níveis de procura acima do normal, causados pelo libertar das poupanças acumuladas durante a pandemia, contribuem para um aumento dos preços. Ao longo do ano, em particular na segunda metade de 2022, os constrangimentos das cadeias logísticas foram diminuindo o que tem contribuído para conter o aumento da inflação na economia europeia.

Tanto o consumo público como o privado aumentaram, com o primeiro a crescer 1,8% e o último 3,8% (dados Outubro FMI) sendo que o aumento se deve ao consumo de serviços, um setor que continua embalado pelo reabrir da economia. Por oposição, o setor dos bens de consumo veio a cair durante todo o ano.

Quanto ao desemprego, ao abrir do ano a Zona Euro registava uma taxa de desemprego de 6,9%, a novembro do mesmo ano a taxa havia caído para os 6,5%. As mulheres continuam a ser as mais afetadas pelo desemprego, com uma taxa média de desemprego ao longo do ano na ordem dos 7,2%. Enquanto isso, a taxa média entre os homens foi de 6,3%. A taxa registada no final do ano é inferior à registada em fevereiro de 2020, que muitos especialistas consideram ser o último mês pré-pandemia. O mercado de trabalho deverá encerrar o ano de 2022 com crescimento de 1,8%, demonstrando resiliência às atuais circunstâncias macroeconómicas.

5.2. A NÍVEL NACIONAL

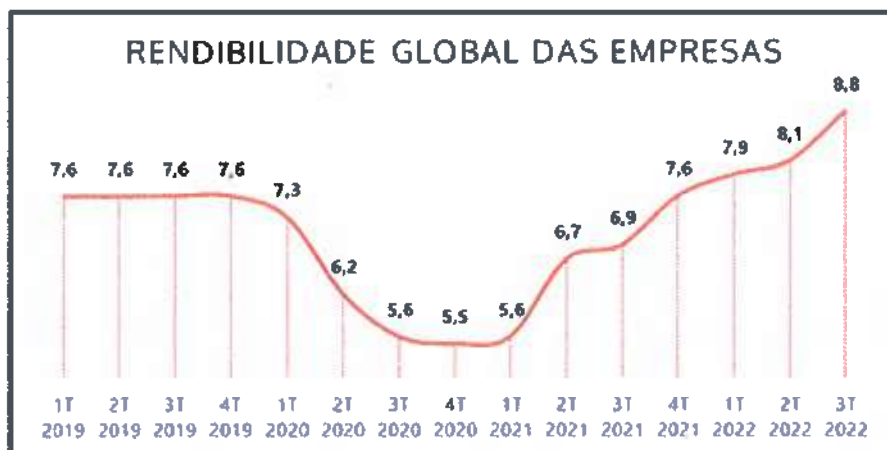
É importante destacar o crescimento económico de Portugal no primeiro semestre de 2022, impulsionado maioritariamente pelo forte aumento do turismo estrangeiro que levou as exportações de serviços a atingirem níveis pré-pandemia. De facto, estas exportações aumentaram 70% (anualizado – dados da Comissão Europeia), tornando-se um forte fator de crescimento.

Mas é importante notar que, trimestralmente, o crescimento do PIB desacelerou significativamente em relação ao ano anterior, de 2,4% no primeiro trimestre para 0,1% no segundo. Apesar disso, as exportações de bens e serviços mantiveram-se fortes no segundo trimestre e o consumo privado também continuou a crescer, embora a um ritmo mais lento. Por oposição o investimento diminuiu significativamente, 3,7% (q-o-q), reflexo de uma quebra de confiança das empresas e do aumento do preço das *commodities*, especialmente energia, e aumento das taxas de juro.

Com base nas últimas previsões do Banco de Portugal, Portugal deverá registar um crescimento do PIB de 6,8% em 2022. Este crescimento é atribuível em grande parte ao crescimento do setor do turismo, que foi muito auxiliado pelo levantamento das restrições de mobilidade do COVID-19.

O crescimento de 5,9% do consumo interno e o aumento de 4% do consumo público foram fatores importantes para o crescimento do PIB. As exportações também cresceram 17,7%, maioritariamente de serviços, enquanto as importações cresceram 11,1%.

A rentabilidade do ativo das empresas privadas subiu para os 9,1% em 2022, enquanto a rentabilidade das empresas públicas estabilizou nos -0,6%, o que representa um aumento face aos -3,3% registados em 2021.



Handwritten notes and signatures in the top right corner of the page.

VK
Q. X

O aumento da rentabilidade das empresas privadas foi generalizado e transversal à generalidade dos setores, com exceção do setor da eletricidade e água. Em relação a 2021, a rentabilidade das micro, pequenas e médias empresas passou de 6,8% para 8,6%, a rentabilidade das grandes empresas passou de 9% para 11,1%.

A autonomia financeira das empresas aumentou para 41,1% no terceiro trimestre de 2022, que compara com 40,2% no período homólogo de 2021. Este aumento foi, à semelhança do ponto anterior, transversal a quase todos os setores exceto energia e água, onde a autonomia se manteve ou reduziu. Quanto à dimensão das empresas, as PME registaram um aumento da autonomia financeira de 39,8% para 42%, enquanto as grandes empresas registaram uma redução deste rácio de 35,9% para 34%. No setor público, a autonomia financeira aumentou de 28,2% para 32,2%.

O investimento empresarial abrandou para os 1,3% em 2022, comportamento potenciado pelo contexto de elevada incerteza. Contribuíram para tal as restrições de abastecimento, nomeadamente materiais e mão-de-obra, o aumento dos custos de produção, em grande parte devido à inflação, a rigidez das condições de financiamento e o abrandamento da procura.

O setor da habitação registou uma quebra acentuada do investimento, dos 12,2% em 2021 para os 0,3% em 2022 - fruto do aumento das taxas de juro do crédito à habitação e da falta de crescimento dos rendimentos das famílias.

Quanto ao desemprego, segundo dados do Banco de Portugal, a taxa diminuiu 0,7 pontos percentuais de 2021 para 2022, prevendo-se que termine o ano nos 5,9%, o que se traduz em 305,8 mil pessoas, sendo que muitas empresas têm reportado dificuldades históricas no recrutamento de mão-de-obra qualificada nos principais setores de atividade. Relativamente à dinâmica laboral, verificou-se que 17% da população empregada (836,7 mil) se encontra atualmente em regime de teletrabalho. Destes, cerca de 31,5% estão em regime de trabalho totalmente remoto, estando os restantes em regime híbrido, em que a média de dias em casa é de 3 dias. Relativamente aos jovens dos 16 aos 24 anos, a taxa de desemprego é de 18,8%.

De acordo com a projeção do Banco de Portugal, tanto o consumo privado como o consumo público aumentaram 5,9% e 2%, respetivamente, tendo o IHPC registado uma taxa média de variação de 8,1%.

A inflação disparou em Portugal atingindo os 9,5% (dados da Comissão Europeia) no terceiro trimestre do ano, reflexo dos preços elevados da energia que acabaram

também por alastrar para os restantes setores. Adicionalmente, o prolongado período de seca que o país atravessou provocou um aumento do preço dos produtos alimentares não processados em 18,1%, 5,4 pontos percentuais acima da média europeia. A expectativa é fechar o ano com uma inflação média de 8%.

Segundo dados da OCDE, a dívida pública portuguesa no final de 2022 deverá ser 115,9% (279.319 mil M€) inferior em 9,6 pontos percentuais relativamente ao que era no final de 2021. Refira-se que as previsões mais favoráveis em 2021 colocavam este valor nos 119%, pelo que os resultados reais foram melhores do que o esperado.

6 - ATIVIDADE DA EMPRESA

A Termalstur-Termas de S. Pedro do Sul, E.M., S.A. tem como atividade principal a gestão e exploração dos equipamentos termais, bem como das demais atividades ligadas ao termalismo que lhe venham a ser cometidas pelo Município de S. Pedro do Sul.

No ano de 2022, a empresa desenvolveu a sua atividade com normalidade. O Balneário Rainha D. Amélia deixou de estar reservado exclusivamente para a prestação dos serviços de bem-estar termal, a partir de 16 de maio passou a receber também termalismo terapêutico, como no período pré pandemia.

O setor termal foi bastante afetado pelas medidas de prevenção e combate à pandemia de covid 19, e as Termas de S. Pedro do Sul não foram exceção. Em 2022 verificou-se uma recuperação de aquistas, no entanto, os valores ficaram aquém dos alcançados em 2019. O ano de 2022 encerrou com uma redução significativa, na ordem dos 22%, no seu volume de negócios, comparando com valores pré pandemia (ano 2019).

A nível nacional, as Termas de S. Pedro do Sul ocupam o primeiro lugar, em termos de faturação, quer no mercado de termalismo terapêutico com uma quota de 39,2% (2021: 31,6%), como no mercado de bem-estar termal com uma quota de 19% (2021:17,2%).



6.1. DADOS DA ATIVIDADE

Com o propósito de dar uma panorâmica geral das grandes rubricas da atividade da Empresa no período findo em 31 de dezembro de 2022, apresentamos de seguida um mapa comparativo e evolutivo das grandes rubricas da estrutura dos seus rendimentos:

Estrutura de Rendimentos

	2017	2018	2019	2020	2021	2022
Evolução Recursos Humanos	176	157	164	116	136	151
Nº de Aquistas	15 922	16 302	19 248	5 847	10 544	16 235
Faturação Balneoterapia	3 134 690,05 €	3 070 146,83 €	3 280 706,59 €	842 728,82 €	1 745 718,44 €	2 358 782,56 €
Faturação Fisioterapia	383 396,22 €	330 286,34 €	336 195,19 €	124 394,28 €	223 218,20 €	315 438,14 €
Faturação Consultas	477 440,00 €	465 760,00 €	486 149,04 €	144 422,06 €	270 170,61 €	362 334,49 €
Faturação Bem-Estar Termal	191 829,47 €	204 201,00 €	243 872,48 €	118 496,70 €	235 578,53 €	368 508,42 €
Faturação Merchandising	13 415,50 €	11 639,82 €	17 235,74 €	5 940,56 €	9 421,87 €	25 778,67 €
Faturação Aparelhos	31 960,86 €	30 353,76 €	40 213,36 €	11 655,46 €	19 405,31 €	27 640,23 €
Faturação Dermocosmética	163 460,45 €	166 559,27 €	136 119,57 €	59 007,81 €	67 186,17 €	90 692,81 €
Faturação Geotermia	10 560,00 €	10 560,00 €	10 560,00 €	9 680,00 €	5 780,00 €	7 200,00 €

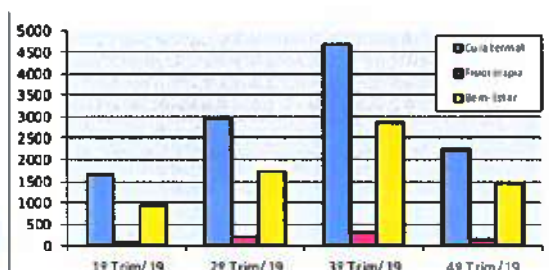
Como se pode verificar pelo mapa apresentado, a empresa laborou com um aumento médio de cerca de 15 Colaboradores, tendo tido um aumento de 5.691 aquistas em relação ao período anterior.

Em relação ao volume de faturação de 2022, existiu um aumento generalizado relativamente a 2021. Cerca de mais 35%, na balneoterapia, mais 41% na fisioterapia, mais 34% em consultas, mais 57% em bem-estar termal, mais 174% na faturação de merchandising, mais 42% em aparelhos, tendo existido um aumento de 35% na faturação da dermocosmética.

A faturação da Entidade, em 2022, cresceu face ao período homólogo, contudo, ainda aquém dos valores pré pandemia, em que apresenta uma diminuição em quase todas as rubricas à exceção das rubricas de merchandising e de bem-estar termal em que se registou um aumento da procura.

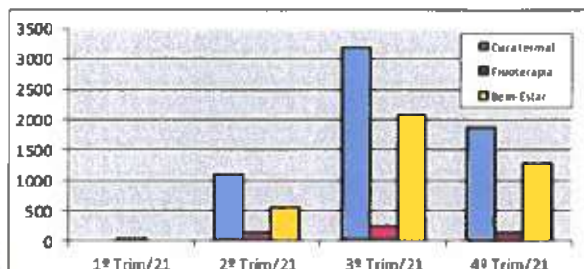
Ainda em relação à sazonalidade da atividade da nossa Empresa, apresentamos gráfico elucidativo:

Mês/Ano	Cura termal	Fisioterapia	Bem-Estar	Total
1º Trim/19	1667	82	944	2693
2º Trim/19	2948	208	1711	4867
3º Trim/19	4666	313	2874	7853
4º Trim/19	2233	158	1444	3835
Total	11514	761	6973	19248

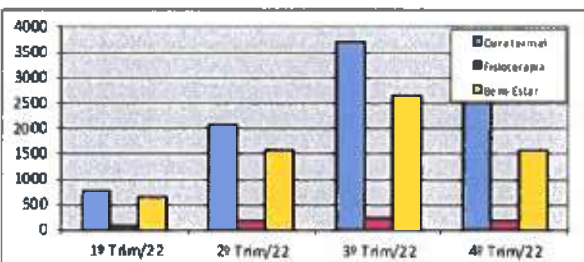


Handwritten signature

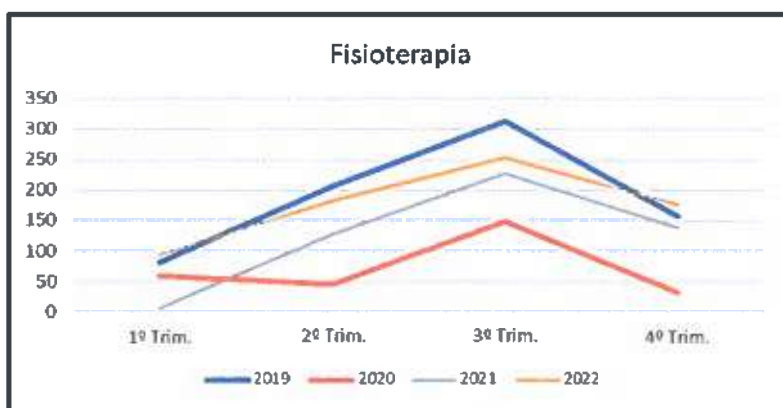
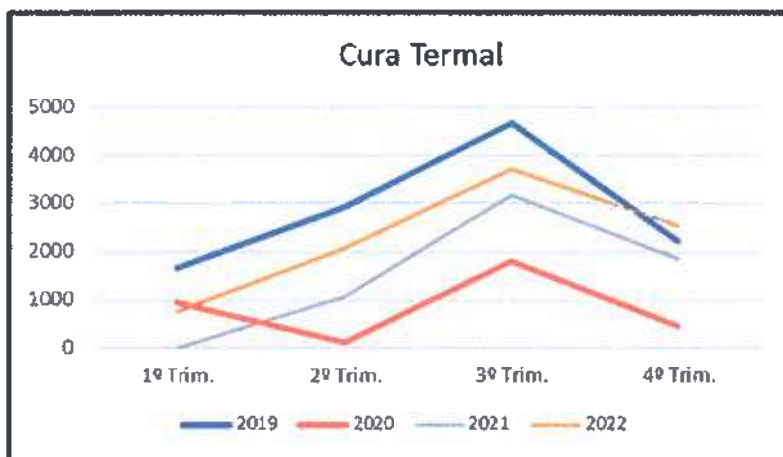
Mês/Ano	Cura termal	Fisioterapia	Bem-Estar	Total
1º Trim/21	0	6		2284
2º Trim/21	1085	129	553	4092
3º Trim/21	3190	228	2068	6467
4º Trim/21	1866	138	1281	3079
Total	6141	501	3902	10544



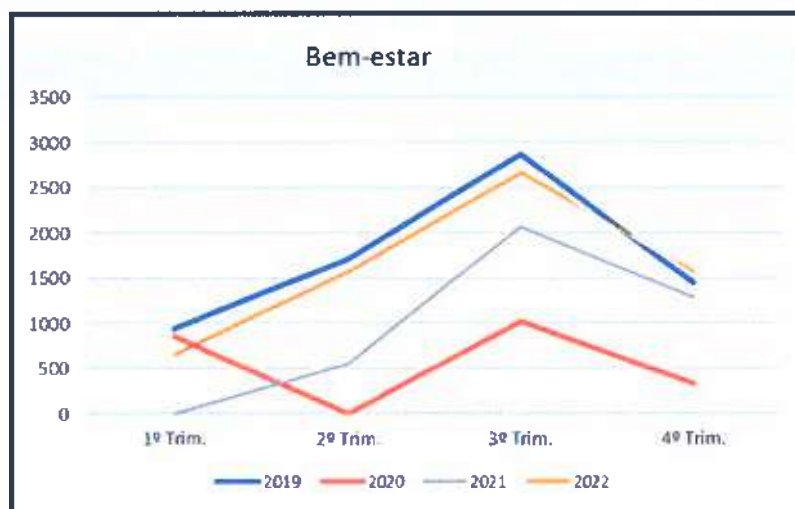
Mês/Ano	Cura termal	Fisioterapia	Bem-Estar	Total
1º Trim/22	762	94	647	2284
2º Trim/22	2073	183	1574	4092
3º Trim/22	3710	253	2658	6467
4º Trim/22	2535	177	1569	3079
Total	9080	707	6448	16235



No primeiro quadro, analisamos as variações em valor, neste quadro podemos verificar que, face ao período homólogo, atendemos mais 2.939 Aquistas de Cura Termal, mais 206 de Fisioterapia e mais 2546 de Bem-estar. Relativamente a 2019, podemos verificar que atendemos menos 2.434 Aquistas de Cura Termal, menos 54 de Fisioterapia e menos 525 em tratamentos de bem-estar.



Handwritten signature and initials in the top right corner.



O serviço de bem-estar termal foi a valência onde se registou uma maior recuperação da faturação, mais 133.929,89€, em termos de faturação, relativamente os valores atingidos em 2019. Para além da venda convencional de programas ao balcão, verificou-se uma dinâmica muito interessante de vendas on-line que representaram 33% das vendas totais de bem-estar.

Relativamente ao tipo de tratamentos realizados verificou-se predominância na técnica de banheira com hidromassagem automática ao nível de banhos, do duche vichy geral nos duches, do vapor à coluna nos vapores, da piscina com hidromassagem manual de 7 minutos nas piscinas e da nebulização nas técnicas ORL. Verifica-se um crescimento, face a 2019, do número de duches de jato, duche circular e aerossol e uma maior recuperação da técnica de bertholaix motivada pela disponibilização de mais um equipamento no Balneário D. Afonso Henriques, conforme se pode verificar na tabela abaixo:

	Tratamentos realizados	2019	2020	2021	2022	DIF 22/21	DIF 22/21 %	DIF 22/19	DIF 22/19 %
Banhos	Banheira Hidro Manual 7	2 307	507	1 042	1 320	286	27,45%	-978	-42,44%
	Banheira Hidro Automática	33 936	9 732	19 210	26 170	6 910	35,91%	-7 760	-22,87%
	Banheira Imersão	333	110	233	303	70	30,04%	-30	-9,01%
	Banheira Bolha de ar	1 420	403	724	776	54	7,46%	-642	-45,21%
	Banheira Bolha de ar+hidro Aut.	4 623	1 194	3 233	3 880	647	20,01%	-743	-16,07%
	Banheira Niagara com Hidro Aut.	1 687	161	0	423	475	100,00%	-1 462	-77,48%
	Total	44 506	12 107	24 492	32 810	8 318	34,29%	-11 619	-26,10%
Duches	Duche com massagem geral	29 495	8 602	19 752	25 770	6 018	30,43%	3 725	12,63%
	Duche com massagem localizada	18 610	4 820	8 996	14 021	5 025	55,86%	4 589	24,66%
	Duche de jato	367	111	446	490	47	10,54%	126	34,33%
	Duche de cachão	2 936	863	1 498	2 113	615	41,05%	-823	-28,03%
	Duche circular	73	34	31	137	96	251,29%	64	87,67%
Total	51 481	14 630	30 736	42 534	11 798	38,38%	8 947	17,38%	
Vapores	Vapor à coluna	53 616	13 865	27 407	35 970	8 563	31,24%	-17 646	-32,91%
	Emanatório	4 547	335	0	2 094	2 094	100,00%	-2 453	-53,95%
	Vapor aos membros	16 853	4 368	8 780	11 690	2 910	33,23%	5 155	30,59%
	Bertholaix	5 131	2 025	4 701	6 866	2 166	46,12%	1 738	33,67%
	Total	80 147	20 593	40 888	56 631	15 743	38,50%	-23 516	-29,34%
Piscina	Piscina com Hidro fixa 15'	14 804	4 735	8 357	13 549	5 192	62,13%	1 255	8,48%
	Piscina com Hidro manual 15'	25 641	6 384	10 969	16 454	5 485	50,00%	9 187	35,83%
	Piscina com Hidro fixa 30'	11 903	3 676	7 849	9 752	1 903	24,25%	-1 551	-13,02%
	Piscina com Hidro manual 7'	22 694	5 229	13 658	15 842	2 184	15,99%	-6 852	-30,19%
	Piscina de recuperação	1 547	280	736	750	14	1,90%	-797	-51,52%
Total	75 989	20 304	41 569	56 347	14 778	35,55%	-19 642	-25,85%	
ORL	Irrigação Nasal	56 563	15 303	25 286	35 042	9 756	38,58%	-21 521	-38,05%
	Pulverização	19 344	1 386	168	4 772	4 604	2740,48%	-14 572	-75,33%
	Inalação Nasal	33 206	9 420	15 666	19 864	4 198	26,80%	-13 442	-40,36%
	Bucofaringeo	9 706	3 748	6 807	7 885	1 078	15,84%	1 821	18,76%
	Nebulização	64 698	17 243	29 099	38 600	9 501	32,65%	-26 093	-40,34%
	Aerossol	6 705	2 226	4 752	7 748	2 996	63,05%	1 042	15,54%
	Total	190 323	49 126	81 778	113 911	32 133	39,29%	-76 412	-40,15%
Total Global	442 446	116 760	219 463	302 313	82 850	37,75%	-140 133	-31,67%	

Relativamente à comparticipação dos tratamentos termais pelo Serviço Nacional de Saúde, verificou-se em 2022 uma utilização de 3.219 requisições, 48% delas provenientes da ARS Centro, 28% ARS Lisboa e Vale do Tejo e 17% ARS Norte sendo que as restantes 7% distribuem-se pelas restantes delegações prescritoras. Deste total de requisições executadas, 82,7% são referentes à indicação terapêutica de reumatologia e 17,3% à indicação terapêutica das vias respiratórias. Do total de requisições recebidas, 1282 (40%) foram alvo da comparticipação máxima de 95€, sendo o valor médio de comparticipação de 85,01€.

7 - MARKETING, IMAGEM E COMUNICAÇÃO

Em 2022, foram implementadas diversas iniciativas, cuja principal missão consistiu em promover as Termas de S. Pedro do Sul, explorando as mesmas, nomeadamente:

- Criação de uma Rubrica “Sê como a água” como objeto promocional das Termas São Pedro do Sul, abordando temáticas diferenciadas, com vista a transmitir uma mensagem mais leve e diferenciada do que se passa em backoffice, e também, de assuntos relevantes no contexto termal em Portugal;

- Participação em feiras da especialidade: BTL-Lisboa, Termatália-Ourense;

- Introdução da escala de avaliação NPS aplicada nos Inquéritos de Satisfação ao Cliente anteriormente implementados, por forma a medir a recomendação dos nossos utentes a amigos e familiares e perceber como se sentem em relação à marca e serviços prestados pelas Termas São Pedro do Sul;

- Criação de pacotes especiais ao longo do ano: Black Friday, Programa Infantil da Páscoa, S. Valentim, Natal;

- Campanhas de ativação simbólicas em dias temáticos, como o Dia da Mulher ou o Dia Mundial da Fisioterapia;

- Realização de eventos em prol da relação com entidades externas (EHTTA), como o caso do Dia da Água e do 6th World Wellness Weekend, elaborando atividades alusivas a cada temática ao longo do dia, promovendo-os nas redes sociais das Termas São Pedro do Sul a nível nacional e da EHTTA, a nível internacional;

- Envio de Newsletters personalizadas a consumidores/subscritores segmentados por perfis de adequação a determinado tema (loja online, fisioterapia, termalismo);

- Envio de Newsletters mensais em colaboração com o Posto de Turismo das Termas, por forma a promover os eventos da região;

- Realização de diversas campanhas e concursos nas redes sociais, convertendo seguidores;

- Disseminação de notícias na imprensa escrita nacional (Jornal Sapo Online, Notícias de Lafões, Observador);

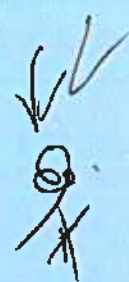
- Promoção de ações de divulgação através da partilha das mesmas com empresas, IPSS's, municípios e outras entidades de carácter social, com a finalidade de difundir a área do termalismo e fomentar o turismo e bem-estar; (Doação de Sangue, Arte para a Infância);

- Implementação de QR codes à entrada dos espaços dos Balneários D. Afonso Henriques e Rainha D. Amélia, por forma a facilitar o acesso aos conteúdos digitais disponibilizados pelas Termas São Pedro do Sul;

- Reativação do Plug-in chat no Website, potenciando a conversação com quem nos procura, por forma a criar uma relação mais próxima junto dos potenciais clientes, numa realidade cada vez mais próxima do digital;

- Criação de programas para integrar o leque da oferta na valência de Medicina Física e Reabilitação: AVC, Long-Covid e Geriátrico, ajustados às necessidades dos nossos utentes;

- Criação do programa AQVA Night, por forma a colmatar as necessidades dos nossos clientes a nível de horários, proporcionando outro tipo de oferta na valência de Bem-Estar.



8-SITUAÇÃO ECONÓMICA

WZ
Q.A

Apresenta-se composição dos rendimentos e gastos em 2022 e 2021, a sua variação absoluta e relativa (%);

Descrição	2022	2021	Varição	Varição (%)
Vendas e serviços prestados	3 551 388,92	2 571 696,66	979 692,26	38,1%
Subsídios à exploração	126 665,19	458 320,01	(331 654,82)	(72,4%)
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	(152 775,82)	(120 133,33)	(32 642,49)	27,2%
Fornecimentos e serviços externos	(1 088 522,99)	(991 411,96)	(97 111,03)	9,8%
Gastos com o pessoal	(2 289 043,31)	(1 969 044,90)	(319 998,41)	16,3%
Outros rendimentos	470 988,30	768 711,89	(297 723,59)	(38,7%)
Outros gastos	(50 074,76)	(56 254,91)	6 180,15	(11,0%)
EBITDA - Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	568 625,53	661 883,46	(93 257,93)	(14,1%)
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	(380 715,38)	(507 915,34)	127 199,96	(25,0%)
EBIT - Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	187 910,15	153 968,12	33 942,03	22,0%
Juros e gastos similares suportados	(187 910,15)	(153 968,12)	(33 942,03)	22,0%
EBT - Resultado antes de impostos				
Imposto sobre o rendimento do período	22 654,85	(3 717,03)	26 371,88	(709,5%)
Resultado líquido do período	22 654,85	(3 717,03)	26 371,88	(709,5%)

A Empresa apresenta uma variação positiva no rédito de 979.692 Euros (+38,1%), tendo tido necessidade de aumentar os seus gastos para fazer face ao aumento da procura dos serviços, nomeadamente os gastos com pessoal, os custos das mercadorias vendidas e matérias consumidas e o fornecimento de serviços externos.



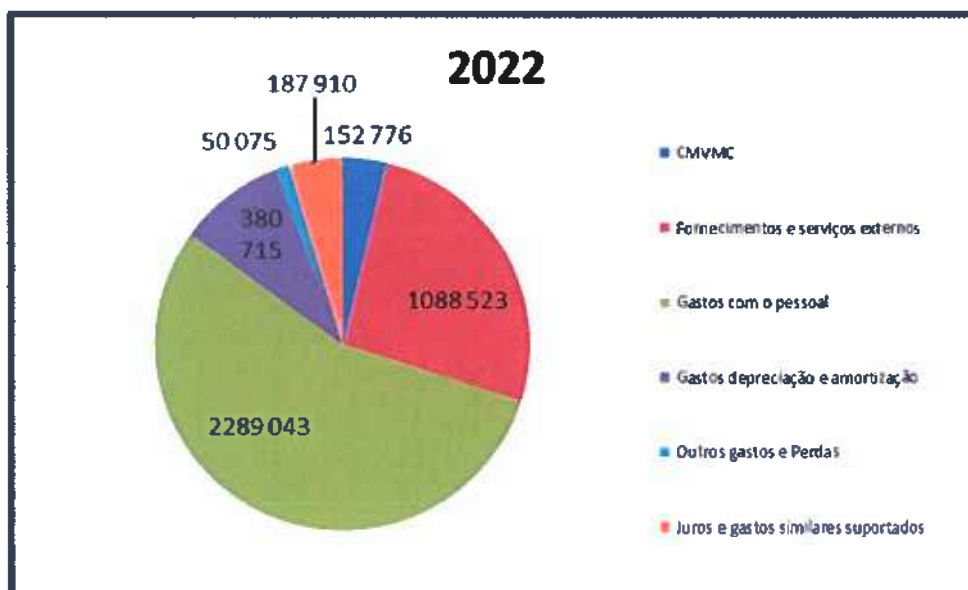
8.1. Gastos

Os gastos globais de 2022 totalizaram **4.149.042,41 Euros**, representando um aumento de 350.313,85 Euros relativamente ao ano anterior.

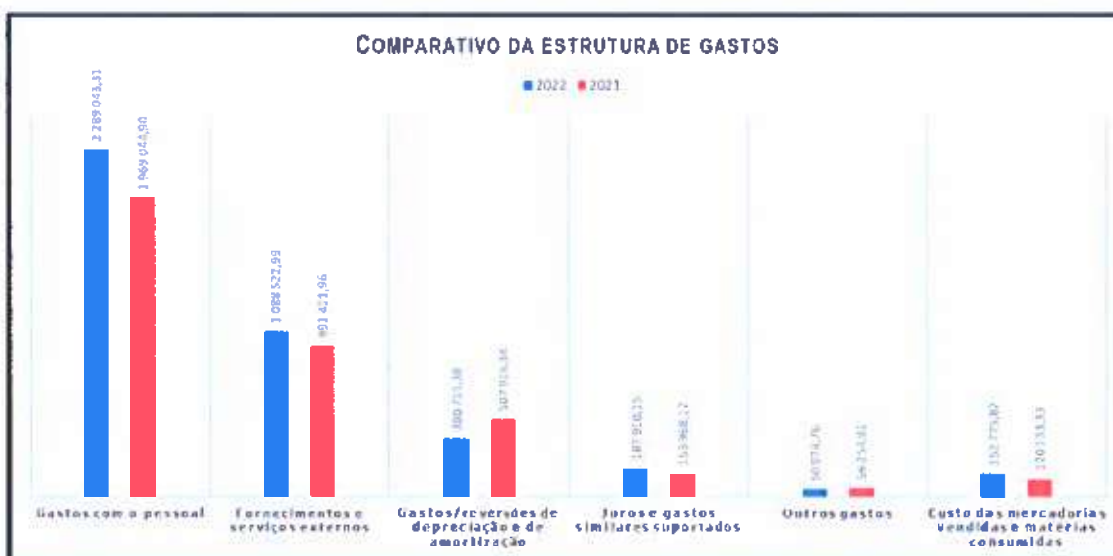
Estrutura dos Gastos 2022/2021

Handwritten signature and initials.

Descrição	Em cêntimos de Euro			
	2022	2021	Variação	Variação (%)
Gastos com o pessoal	2 289 043,31	1 969 044,90	319 998,41	16,3%
Fornecimentos e serviços externos	1 088 522,99	991 411,96	97 111,03	9,8%
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	380 715,38	507 915,34	(127 199,96)	(25,0%)
Juros e gastos similares suportados	187 910,15	153 968,12	33 942,03	22,0%
Outros gastos	50 074,76	56 254,91	(6 180,15)	(11,0%)
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	152 775,82	120 133,33	32 642,49	27,2%
Total da estrutura de gastos	4 149 042,41	3 798 728,56	350 313,85	9,2%



Seguidamente apresentam-se comparações entre os gastos realizados em 2022, com os realizados em 2021, em termos absolutos.



Em relação aos gastos com pessoal, os quadros seguintes apresentam informação detalhada sobre a sua evolução:

- Evolução dos gastos com o pessoal nos últimos 4 anos:

Handwritten signature

Descrição	2022	2021	Δ Abs 2021/20	2020	2019
Gastos com pessoal	2 289 043,31	1 969 044,90	319 998,41	1 550 719,06	2 227 903,34
N.º médio de colaboradores	151	136	15	116	164
Gasto médio por colaborador	15 159,23	14 478,27	680,96	13 368,27	13 584,78



O acréscimo verificado nos gastos com o pessoal do período de 2021 para 2022, deve-se ao aumento do número médio de colaboradores, fruto do aumento de serviços prestados e aos aumentos salariais verificados no período, uma vez que o salário mínimo nacional passou de 665 para 705 Euros. Como se verifica o gasto médio por colaborador teve um aumento significativo.

Relativamente ao número de colaboradores, em termos médios foi de 151 no ano 2022, e de 136 no ano 2021.



8.1.1. DESAGREGAÇÃO DA RUBRICA “FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS”

	2022	2021	Variação	Variação %
Serviços especializados	370 182,49	271 582,27	98 600,22	36,3%
Rendas e alugueres	136 550,50	152 410,16	-15 859,66	(10,4%)
Electricidade	100 790,93	195 876,79	-95 085,86	(48,5%)
Publicidade e propaganda	95 900,85	90 780,15	5 120,70	5,6%
Água	80 697,62	220,16	80 477,46	36554,1%
Combustíveis	43 317,74	33 995,52	9 322,22	27,4%
Outros serviços (Inclui animação termal)	37 030,72	31 279,59	5 751,13	18,4%
Conservação e reparação	36 316,00	24 608,68	11 707,32	47,6%
Honorários	35 154,53	27 621,50	7 533,03	27,3%
Material de conservação e reparação	32 708,58	25 539,29	7 169,29	28,1%
Seguros	27 745,91	26 522,41	1 223,50	4,6%
Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	20 633,00	17 967,06	2 665,94	14,8%
Despesas de representação	18 677,37	25 590,05	-6 912,68	(27,0%)
Outros serviços	12 272,25	22 325,91	-10 053,66	(45,0%)
Serviços bancários	10 771,78	8 221,25	2 550,53	31,0%
Material para bem-estar	7 527,09	3 465,29	4 061,80	117,2%
Comunicação	5 672,34	5 822,83	-150,49	(2,6%)
Material de escritório	5 186,50	4 232,68	953,82	22,5%
Limpeza, higiene e conforto	3 295,37	9 822,74	-6 527,37	(66,5%)
Outros Materiais	2 684,83	3 648,58	-963,75	(26,4%)
Material para tratamentos	2 521,38	783,85	1 737,53	221,7%
Deslocações e estadas	1 880,18	1 725,05	155,13	9,0%
Contencioso e notariado	456,29	571,74	-115,45	(20,2%)
Livros e documentação técnica	281,17	430,77	-149,60	(34,7%)
Artigos de ofertas	225,18	4 288,24	-4 063,06	(94,7%)
Transportes de mercadorias	42,39	87,97	-45,58	(51,8%)
Vigilância e segurança	0,00	1 975,71	-1 975,71	(100,0%)
Outros Combustíveis	0,00	15,72	-15,72	(100,0%)
	1 088 522,99	991 411,96	97 111,03	9,80%

De um modo geral, o valor desta rubrica aumentou, cerca de 97.111 Euros, aproximadamente 10% em relação a 2021, fruto da retoma progressiva da atividade da Entidade.

Verifica-se um aumento do valor da água, relativamente a 2021, resultante do facto da Câmara Municipal de S. Pedro do Sul ter revogado a anterior deliberação de 2011, que concedia isenção no pagamento do fornecimento de água, com efeitos a 01/01/2022.

Verifica-se uma diminuição do valor da electricidade resultante da renegociação do contrato com a EDP.

Os “Serviços especializados” incluem 288.003 Euros referentes a Consultas Médicas de Hidrologia e Medicina Física e Reabilitação realizadas pelo corpo clínico (2021: 214.725 Euros).

À semelhança de 2020 e 2021 não foi possível realizar o Festival da Água em 2022, tendo os custos em 2022 sido de 37.028,25 Euros (2021: 29.622,21 Euros).

8.2. RENDIMENTOS

Os rendimentos globais de 2022 totalizaram 4.149.042,41 Euros, representando um acréscimo de 350.313,85 Euros relativamente ao período anterior, conforme se pode verificar no quadro seguinte:

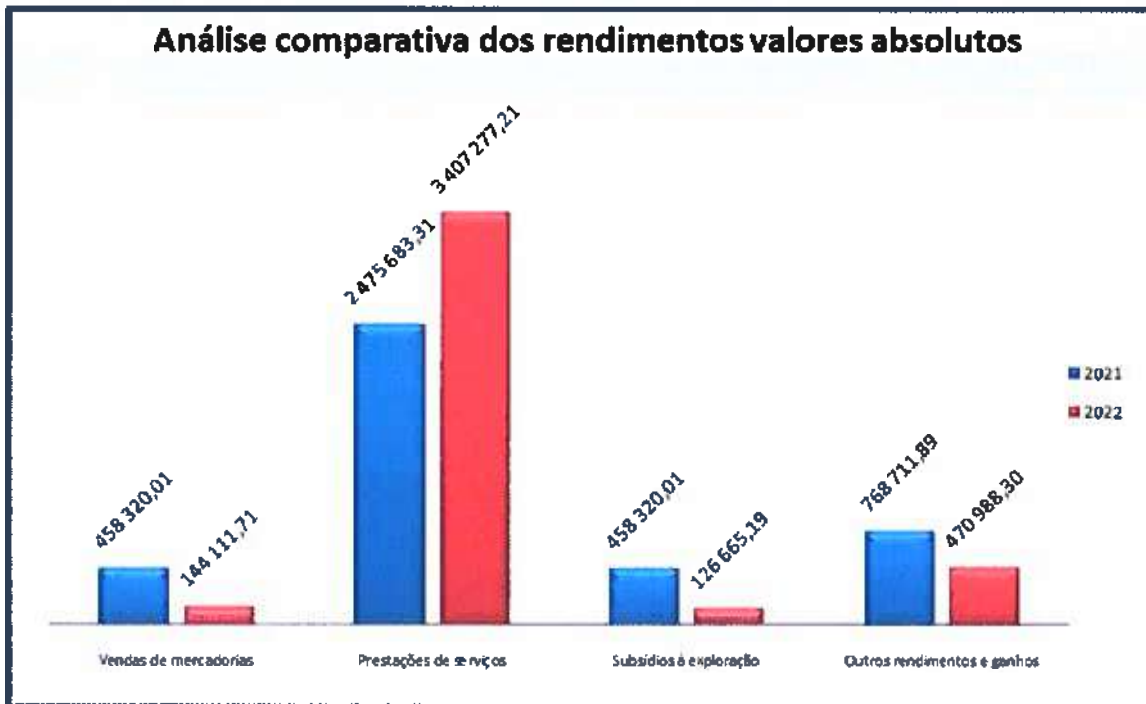
Estrutura dos Rendimentos 2022/2021

Descrição	Em cêntimos de Euro			
	2022	2021	Variação	Variação (%)
Outros rendimentos	470 988,30	768 711,89	(297 723,59)	(38,7%)
Vendas e serviços prestados	3 551 388,92	2 571 696,66	979 692,26	38,1%
Subsídios à exploração	126 665,19	458 320,01	(331 654,82)	(72,4%)
Total da estrutura de rendimentos	4 149 042,41	3 798 728,56	350 313,85	9,2%

Em relação à composição dos principais rendimentos e respetiva estrutura, apresentam-se de seguida gráficos que sintetizam de forma muito clara a contribuição de cada uma das rubricas em 2022.



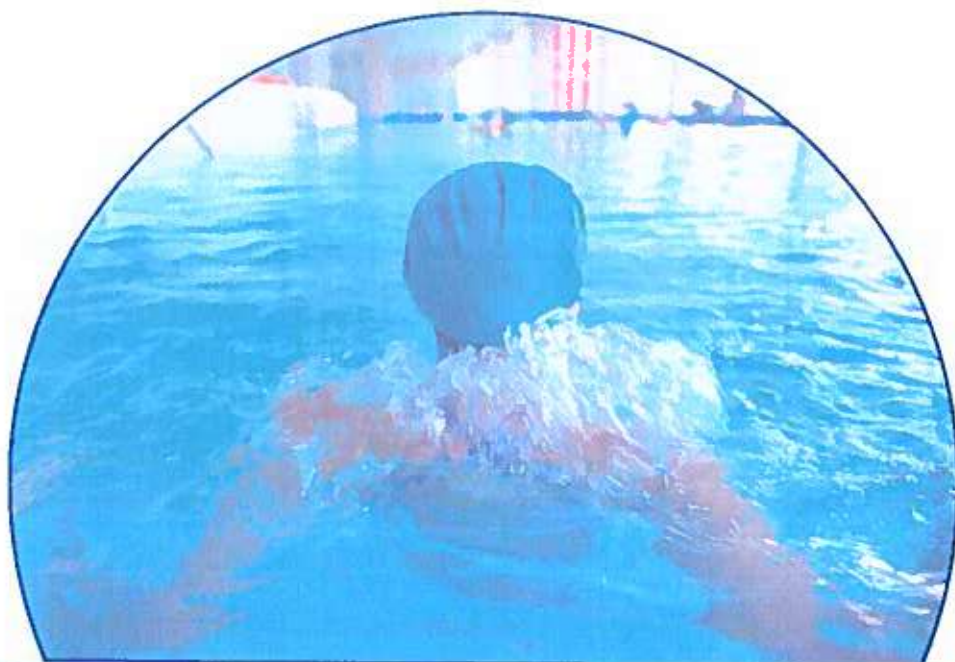
Handwritten signature



Conforme já referido anteriormente, o aumento da estrutura de rendimentos deveu-se ao aumento da atividade da Empresa, que por sua vez, adveio de um aumento do número de aquisistas que usufruíram dos serviços prestados pela Empresa.

A rubrica “Subsídios à exploração” diminui cerca de 331.654€, devido sobretudo a não se terem verificado em 2022 os subsídios relativos ao Lay-off e ao programa APOIAR.

A variação da rubrica “Outros rendimentos” refere-se ao reconhecimento da compensação financeira para equilíbrio de resultados, nos termos do nº2 do artigo 40º da Lei 50/2012 de 31 de agosto, no valor de 379.468,43€ (2022: 680.857,90€), atribuídos pelo Município de São Pedro do Sul.



9-ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA

Handwritten signature

Do ponto de vista económico, a sociedade apresentou, comparativamente ao período anterior os seguintes valores de EBITDA e Resultado Líquido do período.

Descrição	2022	2021	Δ Absoluta	Δ relativa
EBITDA	568 625,53	661 883,46	(93 257,93)	-14,1%
EBITDA/ Volume de negócios	16,0%	25,7%	-9,7	-37,8%
Resultado líquido do período	22 654,85	(3 717,03)	26 371,88	709,5%
Resultado líquido do período / Volume de negócios	0,6%	-0,1%	0,8	541,4%



Em resultado da sua atividade, a posição financeira da Empresa apresenta, também comparativamente com o período anterior, a seguinte evolução ao nível dos principais indicadores:

Análise financeira	2022	2021	Δ Absoluta
Autonomia Financeira (%)	28,8%	27,9%	5,6 p.p
Endividamento (%)	71,2%	72,1%	(-5,6 p.p)
Solvabilidade (%)	40,4%	38,7%	10,1 p.p
Cobertura do ativo não corrente	165,6%	143,1%	3,3 p.p
Liquidez geral	0,50	1,15	(0,65)
Liquidez Imediata	0,00	0,00	(0,00)
Liquidez Reduzida	0,41	1,02	(0,61)
Valor acrescentado bruto (VAB)	2 482 682	1 972 028	510 654,72

Os indicadores a 31 de dezembro de 2022, de uma forma geral, melhoraram em virtude da aumento da atividade da empresa em 2022.

A posição financeira da sociedade pode-se avaliar através da análise dos seguintes itens:

ATIVO	31-DEZ-2022	Peso %	31-DEZ-2021	Peso %	Varição 2022-2021
Ativo não corrente	13 162 548,03	92,3%	12 765 575,11	87,2%	396 972,92
Ativo corrente	1 098 208,69	7,7%	1 877 184,01	12,8%	(778 975,32)
Total Ativo	14 260 756,72	100,0%	14 642 759,12	100,0%	(382 002,40)
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO					
Capital Próprio	4 101 843,48	28,8%	4 089 177,53	27,9%	12 665,95
Passivo não corrente	7 950 709,48	55,8%	8 922 879,84	60,9%	(972 170,36)
Passivo corrente	2 208 203,76	15,5%	1 630 701,75	11,1%	577 502,01
Total Capital Próprio e Passivo	14 260 756,72	100,0%	14 642 759,12	100,0%	(382 002,40)

O aumento verificado no ativo não corrente resulta do facto do investimento efetuado pela Empresa ter sido superior às depreciações registadas no ano. Sendo de destacar, a obra em curso referente à execução do projeto geotérmico no valor de 416.807,63 Euros.

Relativamente ao ativo corrente, verifica-se uma redução no reconhecimento da compensação financeira para equilíbrio de resultados, nos termos do nº2 do artigo 40º da Lei 50/2012 de 31 de agosto, sendo em 2022 o valor de 379.468,43€ (2021:680.857,94€), atribuídos pelo Município de São Pedro do Sul.

No que respeita ao capital próprio, o aumento verificado decorre do resultado líquido do período positivo, no valor de 22.654,85€, resultante da contabilização do crédito fiscal SIFIDE.

A redução do passivo não corrente resulta da normal amortização de capital nos financiamentos obtidos.

Finalmente, o aumento do passivo corrente, resulta principalmente do aumento do financiamento de curto prazo e do aumento da dívida a fornecedores.

Indicadores de Gestão	2022	2021	Δ Absoluta	Δ em % face a 2021
Ativo Fixo Tangível (AFT)	13 089 978,62	12 733 829,00	356 149,62	2,8 %
Capital próprio	4 101 843,48	4 089 177,53	12 665,95	0,3 %
Capitais Permanentes	12 052 552,96	13 012 057,37	(959 504,41)	(7,4 %)
Equilíbrio dos capitais permanentes ((AFT+PI)/Cap.perm)	1,09	0,98	0,11	11,0 %
Fluxos de caixa operacionais	628 136,43	179 869,65	448 266,78	249,2 %
Margem de Lucro	95,7%	95,3%	0,37	0,4 %

10-EXPECTATIVAS FUTURAS

VV
Q.1

10.1. CENÁRIO MACROECONÓMICO

É esperado que as economias mundiais continuem a abrandar em 2023 com o PIB a crescer apenas 2,2% após os 3,1% registados em 2022. Estas previsões pressupõem que sejam implementadas políticas para reduzir o aumento dos preços da energia e dos alimentos e que não existam choques económicos nas economias emergentes da Ásia, que serão responsáveis por 3/4 do crescimento global.



Como mencionado anteriormente, o principal fator que preocupa as principais instituições financeiras é a inflação. A OCDE prevê uma taxa média de inflação para as economias avançadas de 4,25% para 2023. O aumento dos preços da energia devido à guerra na Ucrânia fez com que a inflação disparasse noutros setores.

Esta elevada taxa de inflação é preocupante porque pode levar a uma desaceleração do consumo das famílias. As poupanças do período COVID-19 têm apoiado largamente o consumo privado, mas agora à medida que as reservas vão desaparecendo, é esperado que o consumo caia. No entanto, com esta taxa de inflação, as famílias vão perder ainda mais poder de compra. Mesmo com o aumento dos salários, é improvável que esse aumento acompanhe a taxa de inflação.

Em decorrência das políticas voltadas para o controlo da inflação, existe um risco acrescido de aumento das taxas de juros no futuro, o que pode trazer dificuldades para empresas e famílias com alto nível de endividamento. Este risco está especialmente presente em países onde estas taxas, nomeadamente para as famílias, são variáveis. À medida que empresas e famílias lutam para cumprir suas obrigações financeiras, o risco

de aumentos nas imparidades dos bancos aumenta. O medo de possíveis perdas pode alimentar um ciclo de condições financeiras mais apertadas, piorando progressivamente a situação. Adicionalmente, o aumento das taxas de juro, devido a políticas de crédito mais rigorosas, tem um efeito negativo sobre a procura no mercado imobiliário, tornando mais difícil a compra de casas, o que pode levar a uma quebra do mercado imobiliário.

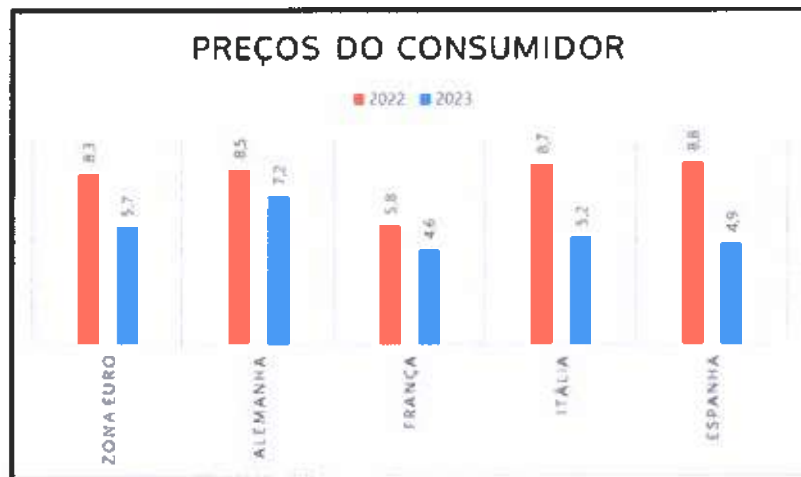
No que diz respeito ao desemprego, não se espera que o comportamento deste indicador seja uniforme a nível mundial. Esperam-se potenciais contrações da taxa de emprego nas economias mais avançadas, com as economias emergentes a apresentarem comportamentos diferenciados. É importante mencionar que ainda haverá escassez de mão de obra em alguns setores, à medida que as novas dinâmicas de trabalho (teletrabalho e trabalho totalmente remoto) se tornam mais comuns e as empresas passam a competir não apenas a nível financeiro, mas em pacotes de benefícios.

No meio da estabilidade do mercado de mão-de-obra, é esperado que as mulheres sejam as menos beneficiadas. Durante a pandemia, uma proporção maior de empresas pertencentes a mulheres fechou, em parte porque empresas deste tipo receberam menos apoio do governo. Além disso, durante a pandemia, as mulheres tenderam a parar de trabalhar mais cedo do que os homens. Tudo isto vai contribuir para uma recuperação mais lenta do desemprego entre as mulheres e para um aumento da diferença salarial entre homens e mulheres.

Europa

O crescimento da Zona Euro abrandou drasticamente ao longo do ano. A OCDE espera que o crescimento do PIB nesta região seja quase impercetível em 2023 (0,5%) com uma recuperação modesta em 2024 (1,4%). Os principais culpados desta desaceleração são os altos preços da energia e os altos custos dos alimentos, bem como limitações nas cadeias de fornecimento e a falta de confiança no mercado.

O grande desafio na Europa é manter a inflação sob controlo. Com 2022 a terminar com uma taxa de inflação entre 8,3% e 8,4%, e a cair para apenas 6,3% ou 6,8% em 2023, as famílias continuarão a perder poder de compra.



Viz
9.1

À medida que a Europa encontra formas de substituir os abastecimentos e fontes de energia e toma medidas de combate à inflação, prevê-se que esta vá abrandando ao longo de 2023, mas a taxa desejável é de 2%, pelo que os valores a registar no próximo ano permanecem acima da meta.

O consumo privado nas economias avançadas da zona euro deverá abrandar substancialmente em 2023, com um crescimento de apenas 0,8%, o que contrasta com a previsão de 3,8% para 2022. O consumo público deverá também crescer 1,6 pontos percentuais abaixo do valor registado em 2022, passando de um crescimento de 1,8% para 0,2%.

O desemprego na União Europeia deverá aumentar ligeiramente, de 6,8% para 7,1%. No entanto, espera-se que vários setores continuem a enfrentar uma grave escassez de mão-de-obra. Olhando para alguns países da UE, a Alemanha deverá registar um aumento da taxa de desemprego de 2,9% para 3,4%, enquanto a Itália deverá registar um agravamento da taxa de 8,8% para 9,4%. A Espanha deverá registar uma melhoria neste indicador, com a taxa a cair de 12,7% para 12,3%, assim como a Grécia, que deverá ver a taxa cair de 12,6% para 12,2%. A tendência geral é de mudanças moderadas.

Após a subida da dívida bruta da zona euro durante a pandemia, era esperado que a mesma começasse a cair nos anos subsequentes, e a esperança nesta tendência mantém-se, se bem que com moderação. O valor desta dívida ascendia aos 97,3% do PIB, tendo caído para 95,6% em 2022. É esperado que em 2023 caia apenas 0.5 pontos percentuais para os 95,1%, e que em 2024 desça ligeiramente para os 95%.

Por fim, a guerra na Ucrânia obrigou a Europa a reavaliar as suas opções de abastecimento energético. Prevê-se que os próximos anos sejam um período de

investimento em alternativas renováveis. Os países continuarão a colocar um foco maior no combate às mudanças climáticas, dadas as evidências crescentes de que o mundo está a chegar rapidamente a um ponto irreversível da crise climática.



10.2. CENÁRIO INTERNO

A recuperação económica após a pandemia de COVID-19 abrandou, com as projeções de crescimento em 2023 a indicarem que esta é uma tendência que se manterá. Tal deve-se sobretudo ao abrandamento da recuperação do setor do turismo, ao aumento dos custos de produção e dos preços da energia, à diminuição do consumo privado e à subida das taxas de juro. Todos os quais estão alinhados com a economia global.

Prevê-se que o crescimento do PIB abrande fortemente em 2023, com as previsões dos principais organismos a apontarem para uma taxa de crescimento entre 0,7% e 1,5%.



A Comissão Europeia prevê que o crescimento suba para 1,7% em 2024 e o FMI espera que em 2027 o crescimento seja de 1,9%. Refira-se que ambas as instituições são responsáveis pelas previsões de crescimento mais pessimistas para 2023. Portugal beneficiou de uma taxa de crescimento inflacionada devido à reabertura do setor do turismo, e foi esta reabertura que garantiu um crescimento significativo do PIB até meados de 2022. No entanto, o efeito começou a diminuir no ano que acabou de terminar, e será ainda menos relevante em 2023.

Relativamente à inflação, a Comissão Europeia aponta para uma diminuição deste indicador, passando dos 8% registados em 2022 para 5,8% em 2023 e 2,3% em 2024, assumindo que os preços da energia irão baixar no longo prazo. Esta expectativa assenta em parte no facto de a Península Ibérica estar menos interligada energeticamente com outros mercados europeus, bem como no facto de, em 2022, cerca de 55% da energia

portuguesa ter sido gerada por fontes renováveis. Projeções mais pessimistas, como a da OCDE, preveem uma taxa de inflação de 6,6% em 2023 e de 2,4% em 2024.

O consumo privado deverá cair, segundo a OCDE o crescimento será de apenas 0,3% em 2023, após dois anos consecutivos a crescer acima dos 4,5%. Quanto ao consumo público, deverá aumentar ligeiramente para os 2,3% em 2023 e cair para os 1,8% em 2024.

Quanto ao emprego, o FMI prevê que a taxa de desemprego suba de 6,1% em 2022 para 6,5% em 2023, a OCDE, que prevê que a taxa suba para os 6,4% em 2023, estima uma queda para 6,2% em 2024. A Comissão Europeia tem previsões mais otimistas, esperando que a taxa de desemprego caia para 5,9% em 2023, previsão igual à do Banco de Portugal.

As exportações deverão aumentar entre 3,5% e 4,7% em 2023, depois de terem aumentado 17,7% em 2022. O abrandamento do crescimento deve-se sobretudo ao esbater do impacto do aumento do turismo sentido sobretudo no primeiro semestre de 2022, como mencionado anteriormente. Por seu turno, as importações deverão crescer entre 3% e 3,4% em 2023, após terem crescido 11,1% em 2022.

Apesar da esperada conjuntura económica desfavorável para 2023, a Comissão Europeia prevê que a dívida pública portuguesa continue a descer para 109,1% em 2023 e 105,3% em 2024.

10.3. Evolução previsível da Sociedade

A Termalitur como empresa responsável pela gestão e exploração das termas de S. Pedro do Sul tem como desafio permanecer na linha da frente na prestação de serviços termais de excelência e da máxima qualidade.

Para 2023, o Estado através do Serviço Nacional de Saúde continuará a sua aposta nas participações aos utentes que realizem tratamentos nos estabelecimentos termais.

O projeto financiado “Promoção da utilização da energia geotérmica”, ficará concluído em 2023 e permitirá alargar a pequena rede de distribuição de geotermia para outros utilizadores ligados ao turismo termal de S. Pedro do Sul de forma a tirar o melhor proveito deste recurso endógeno de forma sustentável e aumentará a receita com a venda da energia geotérmica.

Em 2022 deu-se o processo de *rebranding* da marca, tornando-a visualmente mais moderna e atrativa. Em 2023, serão lançados quatro novos produtos de dermocosmética AQVA, sendo que três pertencem ao projeto AqvaTOPIC (projeto terminará a 30/06/2023).

11- OS OBJETIVOS E AS POLÍTICAS DA SOCIEDADE EM MATÉRIA DE GESTÃO DOS RISCOS FINANCEIROS

a) RISCO DE CRÉDITO

i) *Créditos sobre Clientes*

O risco de crédito, resulta maioritariamente dos créditos sobre os seus Clientes, relacionados com a atividade operacional.

O principal objetivo da gestão de risco de crédito, é garantir a cobrança efetiva dos recebimentos operacionais de Clientes em conformidade com as condições negociadas.

De modo a mitigar o risco de crédito que deriva do potencial incumprimento de pagamento por parte dos Clientes, a Empresa:

- Tem implementado procedimentos de gestão de crédito e processos de aprovação de crédito;
- Estabelece e acompanha os limites de crédito dos seus Clientes, monitorizando a exposição efetiva;
- Recorre aos meios legais disponíveis para recuperação de crédito quando aplicável.

b) RISCOS DE MERCADO

i) *Risco de Taxa de Juro*

Em resultado da proporção relevante de dívida a taxa variável no seu Balanço, e dos consequentes cash-flows de pagamento de juros, a Empresa encontra-se exposta a risco de taxa de juro, particularmente ao risco de variação de taxa de juro do Euro. No entanto, o seu maior financiamento foi contratado a uma taxa de juro de 5,56% e atualmente estamos a pagar juros à taxa de 2,037%. As decisões tomadas pelo órgão de gestão assentaram em regras de prudência, pelo que entende que as obrigações assumidas não são geradoras de riscos que não possam ser regularmente suportados pela Empresa.

Como regra geral a Empresa não cobre por meio de derivados financeiros a sua exposição às variações de taxas de juro.



c) RISCO DE LIQUIDEZ

A gestão de risco de liquidez, tem por objetivo garantir que a Empresa possui capacidade para obter atempadamente o financiamento necessário para poder levar a cabo as suas atividades de negócio, implementar a sua estratégia, e cumprir com as suas obrigações de pagamento quando devidas, evitando ao mesmo tempo a necessidade de obter financiamento em condições desfavoráveis.

Com este propósito, a gestão de liquidez compreende os seguintes aspetos:

- Planeamento financeiro consistente baseado em previsões de *cash-flows* ao nível das operações, de acordo com diferentes horizontes temporais;
- Diversificação de fontes de financiamento;
- Contratação com Bancos de relacionamento, de linhas de crédito de curto prazo, e outros tipos de operações financeiras, assegurando um balanceamento entre níveis adequados de liquidez.

12-Divulgações exigidas por diplomas legais

- A Administração informa que a Empresa não apresenta dívidas ao Estado nem à Segurança Social, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de novembro.
- Para efeitos da alínea d) do n.º 5 do Artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais, durante o ano de 2022, a Empresa não efetuou transações com ações próprias, sendo nulo o n.º de ações próprias detidas em 31 de dezembro de 2022.
- Não foram concedidas quaisquer autorizações nos termos do Artigo 397º do Código das Sociedades Comerciais, pelo que nada há a indicar para efeitos do n.º 5, alínea e) do Artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais.
- A Empresa não dispõe de sucursais.



13-OUTRAS INFORMAÇÕES

Em 2014, durante os meses de fevereiro a outubro, a Empresa foi objeto de uma ação inspetiva pela Direção de Finanças de Viseu, a qual incidiu sobre os exercícios económicos de 2010, 2011, 2012, 2013 e 2014 em sede de IVA, e sobre os exercícios económicos de 2011, 2012 e 2013 em sede de IRC, tendo sido notificada do Relatório de Inspeção Tributária em 26/11/2014.

De acordo com os serviços de inspeção tributária a Empresa não pode beneficiar nos tratamentos termais da isenção prevista na alínea 1 e na alínea 2 do Art.º 9º do CIVA, constituindo as mesmas prestações de serviços sujeitas a IVA.

Sucedo que, de acordo com a informação nº2141, do SIVA, desp. de 86.11.04, a prestação de serviços termais está isenta de IVA, bem como as prestações que constituem o prolongamento direto dos cuidados médicos e sanitários prestados aos utentes, por inclusão no nº2 do artigo 9º do CIVA, devendo, no entanto, ficar fora do âmbito de isenção, as prestações de serviços efetuadas pela hotelaria, normalmente existente em tais estabelecimentos. Assim, tendo em consideração que o entendimento vigente na altura emanado nesta informação administrativa se mantém atual face à jurisprudência produzida desde então, que define o âmbito de aplicação da isenção, a prestação principal - prestação de tratamentos termais - é uma operação isenta. Sendo também de mencionar que este entendimento foi recentemente prestado pela própria Autoridade Tributária na informação vinculativa referente ao processo nº4328, por despacho de 2013-01-14.

A Empresa não concorda com os fundamentos apresentados e correções efetuadas pela Autoridade Tributária em, aproximadamente, 3.525.000 Euros, tendo apresentado Reclamações Graciosas, Recursos Hierárquicos contra o indeferimento das Reclamações Graciosas, Pedidos de revisão oficiosa, Recursos Hierárquicos contra o indeferimento dos Pedidos de revisão oficiosa, em sede de IVA e IRC, para cada um dos anos.

A 18/11/2015 de acordo com o disposto na al. d), do n.º 1, do Art.º 102º, do CPPT e Art.º 97º do CIVA, apresentou Impugnação Judicial do ato de indeferimento tácito do recurso hierárquico do indeferimento da reclamação graciosa de apreciação da legalidade das liquidações de IVA e de Juros Compensatórios referentes aos exercício de 2010, 2011, 2012, 2013 e 2014, com base nos fundamentos de inexistência dos factos tributários subjacentes à liquidação, juros compensatórios não devidos, erro na determinação, qualificação e quantificação do imposto em falta por “correções técnicas”, vício de forma, preterição de formalidades legais, vício de violação da lei, ausência ou falta de fundamentação e outras irregularidades referidas nos Art.º 99º do CPPT.

A 24/03/2016 de acordo com o disposto no nº2 do Artº 76, Artº 99 e al. E), do nº1, do Artº102 do CPPT e Artº 137 do CIRC, apresentou Impugnação Judicial do ato de indeferimento tácito do recurso hierárquico do indeferimento da reclamação graciosa de apreciação da legalidade das liquidações de IRC e de Juros Compensatórios referentes aos exercício de 2010, 2011, 2012 e 2013, com base nos fundamentos de inexistência dos factos tributários subjacentes à liquidação, juros compensatórios não devidos, erro na determinação, qualificação e quantificação do imposto em falta por “correções técnicas”, vício de forma, preterição de formalidades legais, vício de violação da lei, ausência ou falta de fundamentação e outras irregularidades referidas nos Art.º 99º do CPPT.

No dia 14 de novembro de 2016 foi emitido o ofício-circulado nº30184 que versa sobre o assunto “IVA-Atividades desenvolvidas pelos estabelecimentos termais”. Atenta à pertinência desse ofício para a decisão do objeto dos autos, a Termalitur requereu a junção do mesmo aos autos, no entanto a Autoridade Tributária manteve a sua posição. Para obter a suspensão da execução fiscal, e na impossibilidade de apresentar outras formas de garantia, a Termalitur aceitou dar como garantia sob a forma de penhor o trespasse do estabelecimento comercial com todos os seus pertences.

Em 28 de fevereiro de 2019, foi conhecida a sentença, do processo 887/15.2BEVIS, relativa da IVA de 2012, no valor de 763.416,71 Euros, que obteve o seguinte desfecho;

“julga-se a presente impugnação parcialmente procedente e, conseqüentemente,

- a. Determina-se a anulação das Liquidações de IVA e juros compensatórios impugnadas respeitantes ao ano de 2012;
- b. Absolve-se a Fazenda Publica do pedido de indemnização por garantia indevida e de condenação como litigante de má-fé.
 - ii) Condena-se nas custas do incidente de litigância de má-fé a impugnante, fixando-se estas em UC {cfr. Artº 527 do CPC aplicável a viarL 2. do CPPT, nº1 4 do ai-Lº 7Y e Tabela Anexa II cio RCP};
 - iii) Condenam-se nas custas dos presentes autos a impugnante e a Fazenda Publica, segundo o seu decaimento, respetivamente 5% e 95% [cfr. arL 527 do CPC aplicável ar v/arL 2. do CPPT, art. 6. e Tabela.

No ano de 2020 foram conhecidas as sentenças dos processos 888/15.0BEVIS, 886/15.4BEVIS e 886/15.6BEVIS, relativos aos valores o IVA de 2013, 2011 e 2010, respetivamente, onde consta a absolvição no pagamento das respetivas liquidações.

A Autoridade Tributária procedeu à apresentação do recurso das sentenças, e tendo em consideração da Mandatária judicial que está encarregue do processo, que

considera a possibilidade de condenação da Entidade remota, a Administração considera possível não vir a ser penalizada com o pagamento dos impostos IVA/IRC e demais acréscimos legais, originados com as alterações efetuadas pela Autoridade Tributária neste e demais processos, com a mesma natureza, motivo pelo qual não procedeu à constituição de qualquer provisão. Presentemente, a entidade apresentou as contra-alegações do recurso apresentado pela Autoridade Tributária ao IVA de 2010.

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da Empresa em continuidade. A Administração, com base na informação disponível à data sobre o futuro da sociedade, entende que a Sociedade tem capacidade de prosseguir em continuidade, atendendo à sua capacidade diferenciadora face à concorrência e aos apoios que recebe do Município de S.P. Sul.

14-PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Nos termos da alínea c) do art. 9º dos Estatutos da Empresa e tendo-se apurado para o ano de 2022, um Resultado Líquido positivo no valor de 22.654,85 Euros, propõe-se que o resultado tenha a seguinte aplicação;

- Resultados transitados 22.654,85 Euros.

15-Acontecimentos Subsequentes

15.1 AUTORIZAÇÃO PARA A EMISSÃO

As demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração no dia **30 de março de 2023**. No entanto, os acionistas poderão em Assembleia Geral não aprovar as presentes demonstrações e solicitar alterações.

15.2 ATUALIZAÇÃO DA DIVULGAÇÃO ACERCA DAS CONDIÇÕES À DATA DO BALANÇO

Para além da situação referida no último parágrafo da nota 10 acima, entre a data do balanço e a data da autorização para emissão das demonstrações financeiras não foram recebidas quaisquer informações acerca de condições que existiam à data de balanço, que necessitasse de ser ajustada das quantias reconhecidas nas presentes demonstrações financeiras.

Em relação às perspetivas futuras a Administração continua apreensiva quanto ao impacto negativo que poderá ocorrer na atividade de 2023, decorrente da Guerra na Ucrânia, em que os maiores constrangimentos poderão decorrer do abrandamento económico ao nível europeu e mundial. Devido a este cenário de incerteza, ainda não é possível quantificar possíveis consequências globais, mas a Entidade considera que tais impactos já não são materialmente relevantes para as demonstrações financeiras do ano de 2022, nem colocará em causa a continuidade das suas operações, nem os seus compromissos financeiros assumidos, nos próximos 12 meses de 2023.

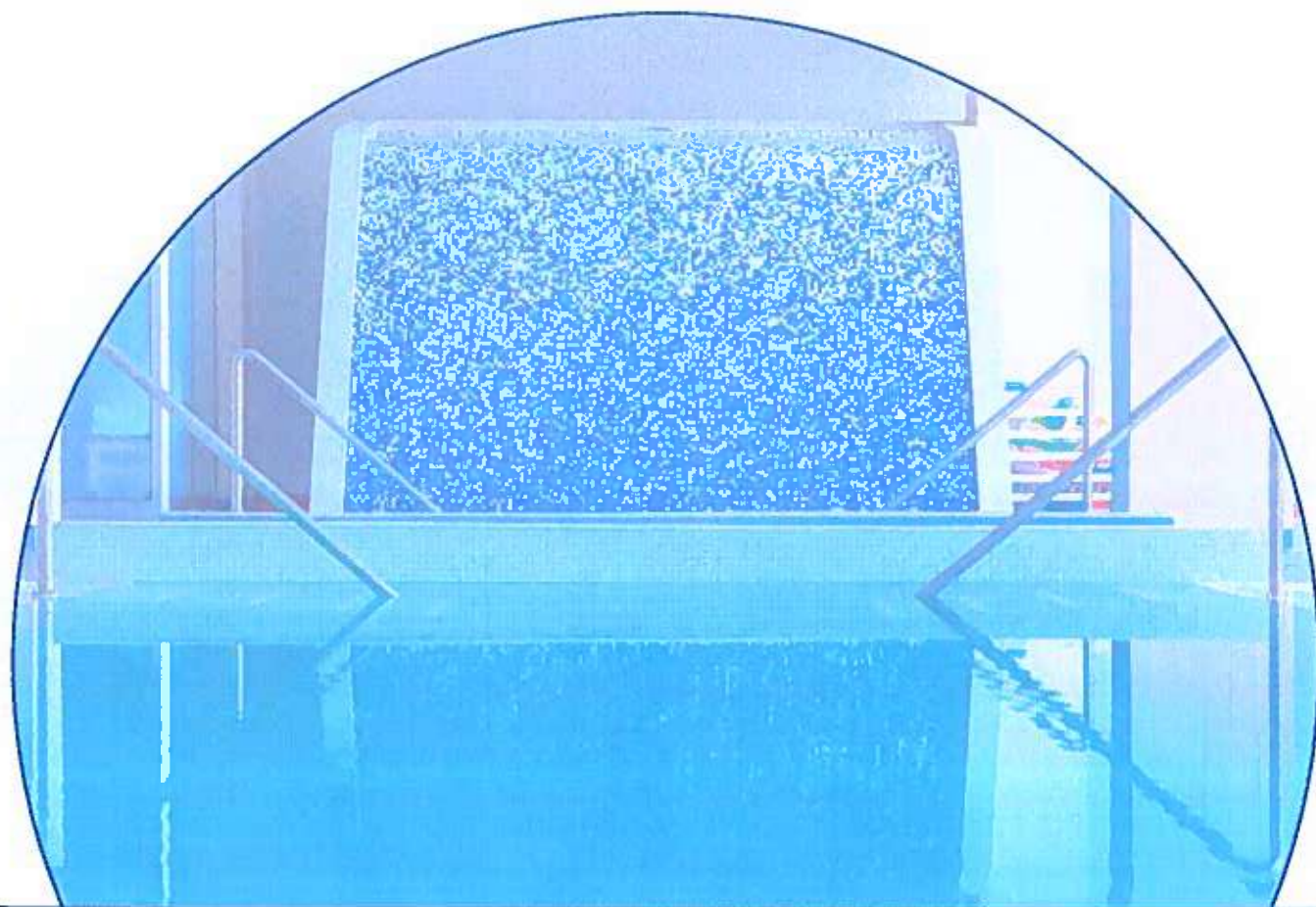
No dia 10 de março de 2023 foi assinado pelo líder do consórcio, o termo de aceitação referente à candidatura apresentada às Agendas para a Inovação Empresarial, nos termos do AAC n.º 02/C05-i01/2022, cabendo à Termalistur um incentivo de 3.826.740 Euros referente a um investimento de 4.536.740 Euros. Este projeto de investimento tem como ambição (re)posicionar a Estância Termal de São Pedro do Sul como destino termal de excelência e, progressivamente, de notoriedade internacional no contexto do novo paradigma da saúde e do bem-estar termal, concretizando-se através dos seguintes objetivos:

- Requalificar o Balneário Rainha D. Amélia, reforçando a sua especialização no segmento termal do bem-estar dotando de novos espaços, mais modernos e equipados com novas tecnologias e equipamentos inovadores que sustentem novas propostas de experiências;
- Construir um SPA Termal Exclusivo, devidamente integrado no Balneário Rainha D. Amélia e no Jardim Exterior, que adicione novas valências à oferta termal disponível acrescentando valor ao produto baseado num conceito arquitetónico que destaca a água como elemento central e privilegia o relax e o bem-estar do visitante;
- Instalar um Espaço Museológico e Interpretativo, anexo ao Balneário Rainha D. Amélia, dedicado ao património material e imaterial da Estância Termal de São Pedro do Sul proporcionando aos visitantes uma verdadeira experiência imersiva na história deste destino termal singular;
- Modernizar o Laboratório Termal, integrado no Balneário Rainha D. Amélia, que assegure a qualidade da água mineral natural e contribua para potenciar a investigação e o desenvolvimento técnico-científico deste recurso endógeno diversificando a oferta de

produtos dermocosméticos concebidos a partir das características singulares da água mineral natural de São Pedro do Sul e comercializados sob a marca AQVA;

VZ
G.A.

- Implementar um Sistema de Gestão Integrado de Informação, que permita o acesso privilegiado dos visitantes à informação sobre as respetivas experiências, seja de âmbito administrativo ou logístico, seja de natureza técnica exclusiva oferecendo uma total independência, controlo e rastreabilidade aos visitantes sobre as respetivas experiências;
- Desenvolver Estudos Técnico-Científicos, dedicados à avaliação das potencialidades da água mineral natural de São Pedro do Sul, para tratamentos dermatológicos alavancando o mercado potencial dos produtos dermatológicos e o devido reconhecimento científico junto da comunidade médica, particularmente, dos dermatologistas;
- Estruturar Novas Propostas de Produtos/ Experiências Turísticas, ancoradas nas ofertas de saúde e bem-estar e na respetiva integração territorial, exclusiva do produto ou multi-produto desenhando propostas compósitas de programas turísticos, com a devida elasticidade e facilidade de personalização, dirigidas aos mercados mais exigentes.



16-CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Conselho de Administração gostaria de expressar o seu agradecimento a todos os que, de uma forma direta ou indireta, colaboram na prossecução dos objetivos da Empresa, nomeadamente:

- Ao Senhor Presidente da Câmara Municipal de S. Pedro do Sul e sua equipa;
- Ao Fiscal Único e à sua equipa;
- Aos nossos aquistas, que continuam a revelar plena confiança nos serviços prestados;
- Aos fornecedores, pelo esforço evidenciado na pronta satisfação das necessidades da Empresa.

Aos nossos Colaboradores deixamos uma mensagem de apreço pelo seu profissionalismo e empenho, os quais foram e continuarão a sê-lo no futuro elementos fundamentais para a sustentabilidade da Termalistur.

Apresentam-se, de seguida as demonstrações financeiras individuais relativas ao ano findo, em 31 de dezembro de 2022, que compreendem o Balanço, a Demonstração dos resultados por naturezas, a Demonstração das alterações do capital Próprio, a Demonstração dos fluxos de caixa e o respetivo Anexo.

Termas de S. Pedro do Sul, 30 de março de 2023

O Conselho de Administração



(Dr. Vitor Jorge Paiva Leal – Presidente do Conselho de Administração)



(Dr. Fernando Varando Aído - Vogal)



(Dr.ª Teresa Cristina Castanheira de Almeida Sobrinho - Vogal)

17-ANEXO AO RELATÓRIO

Publicidade de participações dos Membros de Órgão de Administração – Art.º 447º do Código da Sociedade Comerciais

1.1 - Ações Termalitur – Termas de S. Pedro do Sul, E.M., S.A. detidas e/ou transacionadas diretamente pelos membros dos órgãos sociais da Sociedade;

1.1.1 Os membros dos órgãos sociais não detinham nem transacionaram qualquer título representativo do capital social da Sociedade no ano de 2022.

1.2 Ações Termalitur – Termas de S. Pedro do Sul, E.M., S.A. detidas e/ou transacionadas por sociedades nas quais os membros dos órgãos sociais da Sociedade exerçam funções de administração;

1.2.1 Não existem ações detidas ou transacionadas por sociedades nas quais os membros dos órgãos de gestão sociais da sociedade exerçam funções de administração.

Termas de S. Pedro do Sul, 30 de março de 2023

O Conselho de Administração



(Dr. Vitor Jorge Paiva Leal – Presidente do Conselho de Administração)



(Dr. Fernando Varando Aído - Vogal)



(Dr.ª Teresa Cristina Castanheira de Almeida Sobrinho - Vogal)

A hand is shown touching the surface of water, creating ripples. The background is a soft-focus natural landscape with a blue sky and green foliage. The overall color palette is dominated by blues and greens, with a warm, golden light reflecting off the hand and water.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

para o ano findo em 31 de dezembro de 2022

TERMAS
SÃO PEDRO
DO SUL

SE COMO A ÁGUA

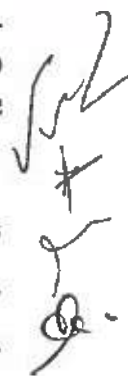
Termalístur - Termas São Pedro do Sul, E.M., S.A.

ÍNDICE

Balanço em 31 de dezembro de 2022	5
Demonstração das Alterações no Capital Próprio no ano findo em 31 de dezembro de 2022 e 2021	8
ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O ANO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022	9
1. Identificação da entidade	9
2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras	9
2.1 Referencial contabilístico	9
2.2 Indicação e justificação das disposições do SNC que, em casos excecionais, tenham sido derrogadas	10
2.3 Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do período anterior	10
3. Principais políticas contabilísticas	10
3.1 Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras	10
a) Ativos intangíveis	10
3.2 Juízos de valor que o órgão de gestão fez no processo de aplicação das políticas contabilísticas e que tiveram maior impacto nas quantias reconhecidas nas demonstrações financeiras:	20
3.3 Principais pressupostos relativos ao futuro	20
3.4 Principais fontes de incerteza	21
4. Fluxos de caixa	21
4.1 Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários:	21
5. Ativos Intangíveis	21
5.1 Divulgações para cada classe de ativos intangíveis	21
6. Ativos fixos tangíveis	23
6.1. Divulgações sobre ativos fixos tangíveis:	23
6.2. Depreciações, reconhecidas nos resultados ou como parte de um custo de outros ativos durante o período, e depreciações acumuladas no final do ano;	25
7. Locações	26
7.1. Locações financeiras - locatários:	26
8. Outros investimentos financeiros	26

9.	Inventários	26
9.1	Quantia total escriturada de inventários e quantia escriturada em classificações apropriadas.....	26
10.	Réditos	27
10.1	Quantia de cada categoria significativa de rédito reconhecida durante o período:	27
10.2	Vendas e prestações de serviços por mercado:	28
11.	Contabilização dos subsídios do Governo e divulgação de apoios do Governo.....	28
11.1.	Natureza e extensão dos subsídios do Governo reconhecidos nas demonstrações financeiras e indicação de outras formas de apoio do Governo.....	28
12.	Acontecimentos após a data do balanço	29
12.1.	Autorização para a emissão	29
12.2.	Atualização da divulgação acerca das condições à data do balanço	29
13.	Impostos sobre o rendimento.....	30
13.1.	Principais componentes de gastos/rendimentos de impostos.....	30
13.2.	Relacionamento entre gasto / rendimento de imposto e lucro contabilístico.....	31
13.3.	Explicitação de alterações na taxa de imposto aplicável comparada com o período contabilístico anterior.....	31
14.	Instrumentos financeiros.....	31
14.1.	Ativos e passivos financeiros	31
14.2.	Total de rendimento e gasto de juros para ativos e passivos financeiros	37
14.3.	Montante de capital social.....	38
14.4.	Ações representativas do capital social	38
14.5.	Variação do número de ações em circulação durante o período.....	38
14.6.	Reserva Legal.....	38
14.7.	Outras Reservas.....	38
14.8.	Resultados transitados.....	38
14.9.	Outras variações do capital próprio.....	38
15.	Benefícios dos empregados	39
16.	Divulgações exigidas por diplomas legais.....	40
17.	Outras informações.....	41
17.1.	Estado e outros entes públicos	41
17.2.	Fornecimentos e serviços externos.....	42


17.3. Outros rendimentos	43
17.4. Outros gastos	44
17.5. Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes	44

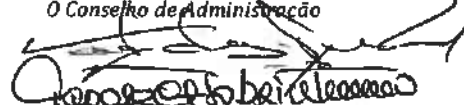


Balanço em 31 de dezembro de 2022

Valores em cêntimos de Euros

RUBRICAS	Notas	31.dez.22	31.dez.21
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	6	13 089 978,62	12 733 829,00
Ativos intangíveis	5	28 921,72	16 335,94
Outros investimentos financeiros	8	18 038,33	15 410,17
Ativos por impostos diferidos	13,4	25 609,36	
		13 162 548,03	12 765 575,11
Ativo corrente			
Inventários	9	186 630,85	210 294,34
Clientes	14.1.1.1.	110 982,17	56 731,75
Estado e outros entes públicos	17	4 366,21	3 576,74
Outros créditos a receber	14.1.1.2	766 076,74	1 569 906,21
Diferimentos	14.1.1.3	5 971,15	5 271,28
Caixa e depósitos bancários	4.1	24 181,57	31 403,69
		1 098 208,69	1 877 184,01
Total do Ativo		14 260 756,72	14 642 759,12
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital próprio			
Capital subscrito	14.3	4 559 379,00	4 559 379,00
Reservas legais	14.6	28 602,45	28 602,45
Outras reservas	14.7	4 248,48	4 248,48
Resultados transitados	14.8	-1 464 531,06	-1 460 814,03
Outras variações no capital próprio	14.9	951 489,76	961 478,66
Resultado líquido do período	DR	22 654,85	-3 717,03
Total do Capital Próprio		4 101 843,48	4 089 177,53
PASSIVO			
Passivo não corrente			
Financiamentos obtidos	7/14.1.2.1	7 674 470,38	8 643 740,65
Outras dívidas a pagar	14.1.2.4	276 239,10	279 139,19
		7 950 709,48	8 922 879,84
Passivo corrente			
Fornecedores	14.1.2.2	189 516,22	58 463,54
Estado e outros entes públicos	17	110 021,06	113 272,80
Financiamentos obtidos	14.1.2.1	1 328 831,20	1 013 639,11
Outras dívidas a pagar	14.1.2.3	567 793,74	351 722,07
Diferimentos	14.1.2.5	12 041,54	93 604,23
		2 208 203,76	1 630 701,75
Total do Passivo		10 158 913,24	10 553 581,59
Total do capital Próprio e do Passivo		14 260 756,72	14 642 759,12

A Contabilista Certificada


O Conselho de Administração


**Demonstração dos Resultados por naturezas do ano findo em 31 de dezembro de
2022**

Valores em cêntimos de euro

Rúbricas dos rendimentos e gastos	Nota	31.dez.22	31.dez.21
Vendas e Prestações de Serviços:	10.1	3 551 388,92	2 571 696,66
Subsídios à exploração	11.1	126 665,19	458 320,01
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	9	-152 775,82	-120 133,33
Fornecimentos e serviços externos	17.2	-1 088 522,99	-991 411,96
Gastos com o pessoal	15	-2 289 043,31	-1 969 044,90
Outros rendimentos	17.3	470 988,30	768 711,89
Outros gastos	17.4	-50 074,76	-56 254,91
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		568 625,53	661 883,46
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	5/6	-380 715,38	-507 915,34
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		187 910,15	153 968,12
Juros e gastos similares suportados	14.2	-187 910,15	-153 968,12
Resultado antes de impostos		0,00	0,00
Imposto sobre o rendimento do período	13	22 654,85	-3 717,03
Resultado líquido do período		22 654,85	-3 717,03

A Contabilista Certificada
Isabel Sofia do Santos Leites

O Conselho de Administração
[Assinatura]

Demonstração de Fluxos de Caixa em 31 de dezembro de 2022

Valores em cêntimos de euro

Rubricas	Períodos	
	2022	2021
<u>Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais</u>		
Recebimentos de clientes	3 686 857,96	2 710 592,76
Pagamentos a fornecedores	-1 040 858,58	-955 600,46
Pagamentos ao pessoal	-2 222 128,97	-1 888 973,85
Caixa gerada pelas operações	423 870,41	-133 981,55
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento	-3 743,98	-3 182,19
Outros recebimentos/pagamentos	208 010,00	317 033,39
Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais (1)	628 136,43	179 869,65
<u>Fluxos de Caixa das Atividades de Investimento</u>		
Pagamentos respeitantes a:		
Ativos fixos tangíveis	-183 906,86	-420 396,08
Ativos intangíveis	-13 712,17	-2 977,21
Investimentos financeiros	-8 147,39	-6 257,78
Outros ativos		
	-205 766,42	-429 631,07
Recebimentos provenientes de:		
Investimentos financeiros	5 519,23	2 274,16
Subsídios ao investimento	402 427,27	193 351,41
	407 946,50	195 625,57
Fluxos de Caixa das Atividades de Investimento (2)	202 180,08	-234 005,50
<u>Fluxos de Caixa das Atividades de Financiamento</u>		
Recebimentos provenientes de:		
Financiamentos obtidos	622 811,43	2 515 763,79
	622 811,43	2 515 763,79
Pagamentos respeitantes a:		
Financiamentos obtidos	-1 276 889,61	-2 283 033,55
Juros e gastos similares	-183 460,45	-154 753,10
	-1 460 350,06	-2 437 786,65
Fluxos de Caixa das Atividades de Financiamento (3)	-837 538,63	77 977,14
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)	-7 222,12	23 841,29
Caixa e seus equivalentes no início do período	31 403,69	7 562,40
Caixa e seus equivalentes no fim do período	24 181,57	31 403,69

A Contabilista Certificada

Luís Afonso dos Santos Leites

O Conselho de Administração

Luís Afonso dos Santos Leites

Demonstração das Alterações no Capital Próprio no ano findo em 31 de dezembro de 2022 e 2021

Valores expressos em cêntimos de euro

Demonstração das alterações no Capital Próprio - Ano 2022

		Capital Subscrito	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Outras variações no capital próprio Subsídios	Outras variações no capital próprio PID	Resultado líquido do período	Total do capital próprio
Posição no Início do Período	1	4 559 379,00	28 602,45	4 248,48	-1 460 814,03	1 240 617,85	-279 139,19	-3 717,03	4 089 177,53
Alterações no período:									
Imputação de subsídios						-12 888,99			-12 888,99
Ajustamento por impostos diferidos							2 900,09		2 900,09
Aplicação de resultados					-3 717,03			3 717,03	
	2				-3 717,03	-12 888,99	2 900,09	3 717,03	-9 988,90
Resultado Líquido do Período	3							22 654,85	22 654,85
Resultado Integral									12 665,95
Posição no fim do ano 2022	4 = 1 + 2 + 3	4 559 379,00	28 602,45	4 248,48	-1 464 531,06	1 227 728,86	-276 239,10	22 654,85	4 101 843,48

Demonstração das Alterações no Capital Próprio - Ano 2021

	Notas	Capital Subscrito	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Outras variações no capital próprio Subsídios	Outras variações no capital próprio PID	Resultado líquido do período	Total do capital próprio
Posição no Início do Período 2021	1	4 559 379,00	28 602,45	4 248,48	-1 439 112,71	1 31 597,88	-29 609,77	-1 701,32	3 233 404,01
Alterações no período:									
Reconhecimento Subsídio									
Imputação de subsídios						-13 687,92	3 079,85		-10 608,06
Ajustamento por impostos diferidos						1 122 707,89	-252 609,28		870 098,61
Aplicação de resultados					-1 701,32			1 701,32	
	2				-1 701,32	1 109 019,97	-249 529,42	1 701,32	859 490,55
Resultado Líquido do Período	3							-3 717,03	-3 717,03
Resultado Integral									855 773,52
Posição no fim do ano 2021	4 = 1 + 2 + 3	4 559 379,00	28 602,45	4 248,48	-1 460 814,03	1 240 617,85	-279 139,19	-3 717,03	4 089 177,53

A Contabilista Certificada

Luís Spina dos Santos Lúcio

O Conselho de Administração

[Assinatura]

ANEXO

1. Identificação da entidade

A Termalitur-Termas de S. Pedro do Sul, E.M., S.A. (doravante designada por Termalitur ou Empresa), é uma sociedade Anónima, com sede na Praça Dr. António José de Almeida, Várzea S. Pedro do Sul, constituída em 8 de janeiro de 2004, como Empresa Municipal, foi transformada em S.A. durante o ano de 2013, e tem como atividade principal a gestão e exploração de equipamentos termais. A Empresa é detida a 100% pelo Município de S. Pedro do Sul.

2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

2.1 Referencial contabilístico

As presentes demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos registos contabilísticos da Empresa e de acordo com as normas do Sistema de Normalização Contabilística (SNC/NCRF), regulado pelos seguintes diplomas legais:

- Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 julho (Sistema de Normalização Contabilística), com as alterações introduzidas pela Lei n.º 98/2015 de 2 junho;
- Portaria n.º 220/2015, de 24 de julho (Modelos de Demonstrações Financeiras);
- Aviso n.º 8254/2015, 29 de julho (Estrutura Conceptual);
- Aviso n.º 8256/2015, 29 de julho (Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro);
- Portaria n.º 218/2015, de 23 de julho (Código de Contas).

De forma a garantir a expressão verdadeira e apropriada, quer da posição financeira quer do desempenho da empresa, foram utilizadas as normas que integram o Sistema de Normalização Contabilística (SNC/NCRF), antes referidas, em todos os aspetos relativos ao reconhecimento, mensuração e divulgação, sem prejuízo do recurso supletivo às Normas Internacionais de Contabilidade adotadas ao abrigo do Regulamento n.º 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho de 19 de julho, e ainda às Normas Internacionais de Contabilidade e às Normas Internacionais de Relato Financeiro emitidas pelo International Accounting Standard Board e respetivas interpretações (SIC-IFRIC), sempre que o SNC não contemple aspetos particulares das transações realizadas e dos fluxos ou situações em que a Empresa se encontre envolvida.

As demonstrações financeiras foram elaboradas com um período de reporte coincidente com o ano civil, no pressuposto da continuidade de operações da Empresa e no regime de acréscimo, utilizando os modelos das demonstrações financeiras previstos no artigo 1º da Portaria n.º 220/2015, de 24 de julho, designadamente o balanço, a demonstração dos resultados por naturezas, a

demonstração das alterações no capital próprio, a demonstração dos fluxos de caixa e o anexo, com expressão dos respetivos montantes em cêntimo de Euros.

2.2 Indicação e justificação das disposições do SNC que, em casos excepcionais, tenham sido derogadas

Nos períodos abrangidos pelas presentes demonstrações financeiras não foram derogadas quaisquer disposições do SNC que tenham produzido efeitos materialmente relevantes e que pudessem pôr em causa a imagem verdadeira e apropriada que devem transmitir aos interessados pelas informações disponibilizadas.

2.3 Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do período anterior

As quantias relativas ao período findo em 31 de dezembro de 2022, incluídas nas presentes demonstrações financeiras para efeitos comparativos, estão apresentadas em conformidade com o modelo resultante das alterações introduzidas pelos diplomas legais emitidos no âmbito da publicação do Sistema de Normalização Contabilística.

(ver nota 3.4)

3. Principais políticas contabilísticas

3.1 Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras

a) Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis com vida útil definida, que compreendem essencialmente projetos de desenvolvimento e programas de computador, encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e de quaisquer perdas por imparidade acumuladas (modelo de custo).

Estes ativos são amortizados a partir do momento em que os ativos subjacentes estejam concluídos ou em estado de uso, pelo método da linha reta de uma forma consistente e por duodécimos, durante um período que varia entre 3 e 10 anos, decorrente da aplicação das taxas de amortização correspondentes aos anos de vida útil.

A Empresa efetua para todos os seus ativos intangíveis com vida útil indefinida, testes de imparidade sempre que existam indícios de forma a comparar a sua quantia recuperável com a quantia escriturada. A Empresa revê anualmente a vida útil estimada dos ativos intangíveis com vida útil indefinida, de forma a verificar se os acontecimentos e circunstâncias que apoiam numa avaliação de vida útil indefinida para esse ativo se mantêm. Um ativo intangível com uma vida útil indefinida deve ser amortizado num período máximo de 10 anos.

Os ativos intangíveis apenas são reconhecidos quando for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a empresa, sejam por ela controláveis e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade.

Os dispêndios com desenvolvimento para os quais a Empresa demonstre capacidade para completar o seu desenvolvimento e iniciar a sua comercialização e/ou uso e relativamente aos quais seja provável que o ativo venha a gerar benefícios económicos futuros, são capitalizados. Os dispêndios com pesquisa e desenvolvimento que não cumpram os critérios referidos são registados como gastos do período em que são incorridos.

As mais ou menos valias resultantes da alienação ou retirada dos ativos intangíveis são determinadas pela diferença entre o preço de venda e a quantia escriturada na data de alienação/retirada, sendo registadas na demonstração dos resultados como “Outros rendimentos” ou “Outros gastos”.

b) Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido de depreciações e quaisquer perdas por imparidades acumuladas.

Cada parte de um item do ativo fixo tangível com um custo significativo relativamente ao custo total do item é depreciado separadamente, sendo definida a vida útil e o método de depreciação.

As depreciações são calculadas sistematicamente pelo método da linha reta, de uma forma consistente de período a período. De acordo com este método, a depreciação é constante durante a vida útil do ativo se o valor residual não se alterar.

As depreciações que integram os ativos fixos tangíveis, iniciam-se quando os bens que lhe estão afetos estão disponíveis para uso, numa base de duodécimos.

A vida útil média estimada para cada classe dos ativos fixos tangíveis é a seguinte:

	Anos de vida útil
Edifícios e outras construções	10 - 50
Equipamento básico	8 - 50
Equipamento administrativo	3 - 8
Outros ativos fixos tangíveis	4 - 10

Os ativos fixos tangíveis em curso representam ativos ainda em fase de construção, encontrando-se registados ao custo de aquisição/produção, deduzido de eventuais perdas por imparidade. Estes ativos são depreciados a partir do momento que estejam prontos para a utilização.

Os gastos com a manutenção e reparação que não aumentam a vida útil dos ativos fixos tangíveis são registados como gastos do período em que ocorrem. Os gastos com inspeções importantes são incluídos na quantia escriturada do ativo sempre que se perspetive que este origine benefícios económicos futuros adicionais.

A Empresa revê anualmente o período de vida útil estimada de cada ativo, assim como o seu respetivo valor residual quando exista.

As mais ou menos valias resultantes da alienação ou da retirada dos ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o preço de venda e a quantia escriturada na data de alienação/retirada, sendo registados na demonstração dos resultados como “Outros rendimentos” ou “Outros gastos”.

c) Locações

A classificação das locações como financeiras ou operacionais é feita em função da substância e não da forma dos contratos. Os contratos de locação, em que a Empresa age como locatário, são classificados como locações financeiras se, através deles, forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse, e como locações operacionais, se tal não acontecer.

Nas locações financeiras, o valor dos bens é registado no balanço como ativo, a correspondente responsabilidade é registada no passivo, na rubrica “Financiamentos obtidos”, e os juros incluídos no valor dos pagamentos mínimos e a depreciação do ativo são registados como gastos na demonstração dos resultados do período a que respeitam.

Nas locações consideradas como operacionais, os pagamentos mínimos são reconhecidos como gasto na demonstração dos resultados, numa base linear, durante o período de contrato da locação.

d) Inventários

As mercadorias encontram-se valorizadas pelo custo ou valor realizável líquido, no caso de este ser inferior, sendo que a forma de custeio utilizada é o custo médio. Se o valor realizável líquido for inferior, designadamente devido à diminuição da cotação do mercado, da deterioração ou obsolescência, da subida dos custos de acabamento ou dos necessários para realizar a venda, ou, ainda, do valor recuperável pelo uso da conversão dos produtos acabados cuja cotação no mercado tenha sido reduzida, justifica-se o reconhecimento de imparidades nos períodos em que as necessidades de ajustamentos são constatadas, utilizando o custo de reposição como referencial.

A reversão de perdas por imparidades reconhecidas em períodos anteriores é registrada quando existem indícios de que as perdas de imparidade já não se justificam ou diminuíram, sendo expressa na demonstração dos resultados como “Imparidade de inventários (perdas/reversões)”. Contudo, a reversão só é efetuada até ao limite da quantia das perdas por imparidade acumuladas antes reconhecidas.

Os gastos relativos aos inventários vendidos são registados no mesmo período de reporte em que o rédito é reconhecido.

Em conformidade com a legislação aplicável, a empresa utiliza o sistema de inventário permanente.

e) Instrumentos financeiros

i. Dívidas de terceiros

Estes instrumentos financeiros incluídos na NCRF nº27, sempre que aplicável, são mensurados inicialmente ao custo amortizado, utilizado o método da taxa de juro efetiva (ou ao seu custo nominal caso não diferia materialmente do custo amortizado) menos qualquer perda por imparidade.

As dívidas de terceiros são registadas ao custo ou custo amortizado (usando o método do juro efetivo) e representadas no balanço, deduzidas de eventuais perdas por imparidades, de forma a refletir o seu valor realizável líquido.

As perdas por imparidade são registadas na sequência de eventos ocorridos que indiquem objetivamente e de forma quantificável, que a totalidade ou parte do saldo em dívida não será recebido. Para tal, a Empresa tem em consideração informação de mercado que demonstre que o cliente/outros créditos a receber está em incumprimento das suas responsabilidades, bem como a informação histórica dos saldos vencidos e não recebidos. No caso de disponibilidade de informação judicial que comprove a existência de ameaças à continuidade das operações do devedor ou à capacidade de satisfazer os seus compromissos ou ainda, a partir do momento em que a empresa tenha em curso ação judicial com vista à cobrança dos seus créditos, são reconhecidas perdas por imparidade correspondentes à totalidade do crédito, deduzido eventualmente, do valor do imposto sobre o valor acrescentado a recuperar e do montante coberto por seguro de crédito, se existir.

As perdas por imparidade são ajustadas em função da evolução das contas correntes, designadamente no que respeita ao detalhe das operações que a integram, sendo que os reforços são reconhecidos como gastos do período, as reversões, decorrentes da cessação total ao parcial do risco, nos rendimentos e as utilizações, para cobertura de perda efetiva do crédito, deduzidas diretamente nas contas correntes.

ii. Financiamentos e gastos com financiamentos

Os empréstimos bancários, são registados no passivo ao custo ou ao custo amortizado (usando o método de juro efetivo), deduzido dos gastos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão desses passivos, sendo expressos no balanço no passivo corrente ou não corrente, dependendo de o seu vencimento ocorrer a mais ou menos de um ano, respetivamente. O seu desreconhecimento só ocorre quando cessarem as obrigações decorrentes dos contratos, designadamente quando tiver havido a liquidação, cancelamento ou expiração.

Os gastos de juros e outros incorridos com empréstimos são reconhecidos como gastos de acordo com o regime do acréscimo, exceto nos casos em que estes sejam diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um “ativo que se qualifica” (é um ativo que leva necessariamente um período substancial de tempo para ficar pronto para o seu uso pretendido ou para venda) cujo período de tempo para ficar pronto para uso pretendido seja substancial, caso em que devem ser capitalizados até ao momento em que todas as atividades necessárias para preparar o ativo elegível para uso ou venda estejam concluídas. Os custos de empréstimos obtidos são os custos de juros e outros incorridos por uma entidade relativos aos pedidos de empréstimos de fundos.

Os custos de empréstimos obtidos incluem:

- Gastos com juros calculados com base na utilização do método do juro efetivo, tal como descrito na NCRF 27 - Instrumentos Financeiros;
- Encargos financeiros relativos a locações financeiras reconhecidas de acordo com a NCRF 9 - Locações.

Dependendo das circunstâncias, qualquer dos seguintes elementos podem constituir “ativos que se qualificam”:

- Inventários;
- Ativos fixos tangíveis;
- Ativos intangíveis;
- Propriedades de investimento.

Os ativos financeiros, e os inventários que sejam fabricados, ou de outro modo produzidos, durante um curto período de tempo não são ativos que se qualificam. Os ativos que estejam prontos para o seu uso pretendido ou para a sua venda quando adquiridos não são ativos que se qualificam, logo não podem ser capitalizados os gastos de financiamento que lhe poderiam ser diretamente imputáveis.

iii. Dívidas a terceiros

Estes instrumentos financeiros incluídos na NCRF nº27, sempre que aplicável, são mensurados inicialmente ao custo amortizado, utilizado o método da taxa de juro efetiva ou ao custo nominal caso não diferia materialmente do custo amortizado.

iv. Caixa e depósitos bancários

Os montantes incluídos na rubrica “Caixa e depósitos bancários” correspondem aos valores de caixa, depósitos à ordem, depósitos a prazo e outros depósitos bancários que sejam mobilizáveis sem risco significativo de alteração de valor. Se o seu vencimento for inferior a 12 meses, são reconhecidos no ativo corrente; caso contrário, e ainda quando existirem limitações à sua disponibilidade ou movimentação, são reconhecidos no ativo não corrente.

Estes saldos estão mensurados da seguinte forma:

- Caixa – ao custo;
- Outros depósitos com maturidade definida – ao custo amortizado, determinado com base no método da taxa de juro efetiva.

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a rubrica de “Caixa e equivalentes de caixa” compreende, além de caixa e depósitos bancários, os descobertos bancários incluídos na rubrica de “Financiamentos obtidos”.

A demonstração dos fluxos de caixa é preparada através do método direto. A Empresa classifica na rubrica “Caixa e seus equivalentes” os montantes de caixa, depósitos à ordem, depósitos a prazo e outros instrumentos financeiros com vencimento a menos de três meses e para os quais o risco de alteração de valor é insignificante.

A demonstração dos fluxos de caixa encontra-se classificada em atividades operacionais, de financiamento e de investimento. As atividades operacionais englobam os recebimentos de clientes, pagamentos a fornecedores, pagamentos ao pessoal e outros relacionados com a atividade operacional.

Os fluxos de caixa abrangidos nas atividades de investimento incluem, nomeadamente, aquisições e alienações de investimentos em empresas participadas e pagamentos e recebimentos decorrentes da compra e da venda de ativos.

Os fluxos de caixa abrangidos nas atividades de financiamento incluem, designadamente, os pagamentos e recebimentos referentes a empréstimos obtidos, contratos de locação financeira e pagamentos de dividendos.

f) Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

As provisões são reconhecidas apenas quando existe uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, seja provável que, para a resolução dessa obrigação, ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado.

As provisões são revistas na data do balanço e são ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa a essa data. As provisões para fazer face a custos de reestruturação são reconhecidas sempre que exista um plano formal e detalhado de reestruturação e que o mesmo tenha sido comunicado às partes envolvidas.

Os passivos contingentes são definidos pela Empresa como: (i) obrigações possíveis que surjam de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais acontecimentos futuros, incertos e não totalmente sob o seu controlo; ou (ii) obrigações presentes que surjam de acontecimentos passados mas que não são reconhecidos porque não é provável que um exfluxo de recursos que incorpore benefícios económicos seja necessário para liquidar a obrigação, ou a quantia da obrigação não pode ser mensurada com suficiente fiabilidade. Os passivos contingentes são divulgados, a menos que seja remota a possibilidade de um exfluxo de recursos.

Os ativos contingentes surgem normalmente de eventos não planeados ou outros esperados que darão origem à possibilidade de um influxo de benefícios económicos. A Empresa não reconhece ativos contingentes no balanço, procedendo apenas à sua divulgação no anexo se considerar que os benefícios económicos que daí poderão resultar forem prováveis. Quando a sua realização for virtualmente certa, então o ativo não é contingente e o reconhecimento é apropriado.

g) Rédito

O rédito relativo a vendas, prestações de serviços, juros, royalties e dividendos, decorrentes da atividade ordinária da Empresa, é reconhecido pelo seu justo valor, entendendo-se como tal o que é livremente fixado entre as partes contratantes numa base de independência, sendo que, relativamente às vendas e prestações de serviços, o justo valor reflete eventuais descontos concedidos e não inclui quaisquer impostos liquidados nas faturas.

O rédito proveniente da venda de bens apenas é reconhecido na demonstração dos resultados quando (i) são transferidos para o comprador os riscos e vantagens significativos da propriedade dos bens, (ii) não seja mantido um envolvimento continuado de gestão com o grau geralmente associado com a posse ou controlo efetivo dos bens vendidos, (iii) a quantia do rédito pode ser fiavelmente mensurada, (iv) seja provável que os benefícios económicos associados com as transações fluam para a Empresa e (v) os custos incorridos ou a serem incorridos referentes à transação possam ser fiavelmente mensurados. As vendas são reconhecidas líquidas de impostos, descontos e outros gastos inerentes à sua concretização, pelo justo valor do montante recebido ou a receber.

Em termos de prestação de serviços, o rédito associado é reconhecido com referência à fase de acabamento da transação (método de percentagem de acabamento) à data do balanço, se o desfecho puder ser estimado com fiabilidade. Se isso não acontecer, mas se os custos incorridos forem recuperáveis, o rédito só é reconhecido na medida dos gastos já incorridos e reconhecidos, de acordo com o método do lucro nulo. Se o desfecho não poder ser estimado e se os custos não forem recuperáveis, não há qualquer rédito a reconhecer e os gastos não podem ser diferidos. No caso das prestações de serviços continuadas, o valor do rédito é reconhecido numa base de linha reta.

Os juros são reconhecidos utilizando o método do juro efetivo. Quanto aos royalties, estes são reconhecidos de acordo com o regime do acréscimo, segundo o acordo estabelecido. Os dividendos são reconhecidos como ganho na demonstração dos resultados do período em que é decidida a sua atribuição.

h) Subsídios do Governo

Os subsídios atribuídos são reconhecidos de acordo com justo valor quando existe uma garantia razoável de que irão ser recebidos e que a Empresa cumprirá as condições exigidas para a sua concessão.

Os subsídios relacionados com rendimentos (por exemplo, para assegurar uma rentabilidade mínima ou compensar deficits de exploração ou no âmbito de programas de formação profissional), são reconhecidos como rendimentos do próprio período, na rubrica "Subsídios à exploração" da demonstração dos resultados do período em que os programas/contratos são realizados, independentemente da data do seu recebimento, a não ser que se tornem recebíveis num período posterior, onde serão rendimentos desse período.

Os subsídios não reembolsáveis relacionados com ativos fixos tangíveis e intangíveis são inicialmente reconhecidos nos capitais próprios, sendo posteriormente reconhecidos na demonstração dos resultados numa base sistemática e racional durante os períodos contabilísticos necessários para balanceá-los com os gastos relacionados. Conforme referido na FAQ n.º 13 da Comissão de Normalização Contabilística, revista em 15/04/2013, não existe qualquer diferença temporária tributável no caso da contabilização em capitais próprios de subsídios não reembolsáveis, mas existe lugar à contabilização de uma obrigação (um passivo), isto é, um crédito na rubrica "Outras dívidas a pagar – não corrente" e um débito na rubrica "Outras variações em capitais próprios". Em função do reconhecimento do subsídio ao rendimento, esta obrigação reverte por contrapartida da rubrica "Outras dívidas a pagar – não corrente"

No caso de o subsídio estar relacionado com os ativos não depreciables e intangíveis com vida útil indefinida, são mantidos nos capitais próprios, exceto se a respetiva quantia for necessária para compensar qualquer perda por imparidade.

Os subsídios reembolsáveis são contabilizados como passivos, na rubrica “Financiamentos obtidos”.

i) Imposto sobre o rendimento do período

Os impostos sobre o rendimento reconhecidos como gastos dos períodos abrangidos pelas presentes demonstrações financeiras encontram-se corrigidos pelo efeito de contabilização dos impostos diferidos, caso existam diferenças temporárias tributáveis e/ou dedutíveis.

As declarações de rendimentos para efeitos fiscais são passíveis de revisão e correção pela Autoridade Tributária e Aduaneira durante um período de quatro anos, pelo que as declarações relativas aos períodos de 2019 a 2022 poderão vir ainda a ser corrigidas, não sendo expectável, no entanto, que das eventuais correções venha a decorrer um efeito significativo nas presentes demonstrações financeiras.

O prazo antes referido poderá ser prolongado ou suspenso desde que tenham sido obtidos benefícios fiscais, que estejam em cursos inspeções, reclamações ou impugnações, ou que tenha havido prejuízos fiscais, situação em que, durante um período de seis anos após a sua ocorrência, relativamente aos períodos anteriores a 2010, de quatro anos nos períodos de 2010 e 2011, de cinco anos para os períodos de 2012 e 2013, e doze anos para os períodos posteriores, sendo possível a sua dedução aos lucros tributáveis que venham a ser gerados.

Nos termos do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas “CIRC”, a matéria coletável decorrente dos lucros fiscais apurados deduzidos de eventuais reportes de prejuízos, encontra-se sujeita a tributação, na generalidade, a uma taxa 21%, acrescida de 1,5% a título de derrama. Adicionalmente, nas situações previstas no artigo 88º do CIRC, há ainda lugar a uma tributação autónoma, a taxas que variam entre 10% e 35%, que incidem, exclusivamente, sobre os encargos aí previstos.

Os impostos que não se encontrem pagos, quer relativos ao período corrente quer a anteriores, são reconhecidos no passivo pelo valor que se estima vir a pagar, com base nas taxas e nas normas fiscais aplicáveis à data do balanço. No entanto, se os montantes já pagos relativos a esses períodos excederem os valores devidos, são reconhecidos no ativo na medida do excesso.

O efeito fiscal decorrente de transações ou de quaisquer outras operações cujos reflexos se encontram traduzidos nos resultados do período é também reconhecido nos resultados do mesmo período, sendo expresso na demonstração dos resultados na rubrica “Imposto sobre o rendimento do período”. No entanto, se esses reflexos se produzirem diretamente nos capitais próprios, o efeito fiscal é também reconhecido nos capitais próprios, por dedução ou acréscimo à rubrica que esteve na sua origem.

O imposto corrente é ainda condicionado pelos ajustamentos, positivos ou negativos, que tiverem de ser reconhecidos no período, relativos a impostos correntes de períodos anteriores.

Os impostos diferidos referem-se a diferenças temporários entre os montantes dos ativos e dos passivos para efeitos de registo contabilístico e os respetivos montantes para efeitos de tributação, bem como os resultantes de benefícios fiscais obtidos e de diferenças temporárias entre o resultado fiscal e contabilístico. O imposto é reconhecido na demonstração dos resultados, exceto quando relacionado com itens que sejam movimentados em capitais próprios, facto que implica o seu reconhecimento em capitais próprios.

Os ativos e passivos por impostos diferidos são calculados e periodicamente avaliados, utilizando-se as taxas de tributação que se espera estarem em vigor à data da reversão das diferenças temporárias.

Os impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributáveis, com exceção do goodwill não dedutível para efeitos fiscais, das diferenças resultantes do reconhecimento inicial de ativos e passivos que não afetem, quer o lucro contabilístico quer o fiscal, e das diferenças relacionadas com investimentos em subsidiárias, em empreendimentos conjuntos e associados, na medida em que não seja provável que se revertam no futuro.

Os ativos por impostos diferidos são reconhecidos quando for provável a existência de lucros tributáveis futuros que absorvam as diferenças temporárias dedutíveis para efeitos fiscais. Anualmente é efetuada uma reapreciação das diferenças temporárias subjacentes aos ativos por impostos diferidos, no sentido de os reconhecer ou ajustar em função da expectativa atual de recuperação futura.

j) Benefícios dos empregados

Os benefícios de curto prazo dos empregados incluem salários, ordenados, complementos de trabalho noturno, retribuições eventuais por trabalho extraordinário, prémios de produtividade e assiduidade, subsídio de alimentação, subsídio de férias e de Natal, abonos para falhas e quaisquer outras retribuições adicionais decididas pontualmente pelo órgão de gestão. Para além disso, são ainda incluídas as contribuições para a Segurança Social de acordo com a incidência contributiva decorrente da legislação aplicável, as faltas autorizadas e remuneradas e, ainda, eventuais participações nos lucros e gratificações, desde que o seu pagamento venha a decorrer dentro dos 12 meses subsequentes ao encerramento do período.

As obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo são reconhecidas como gastos no período em que os serviços são prestados, numa base não descontada, por contrapartida do reconhecimento de um passivo que se extingue com o pagamento respetivo.

De acordo com a legislação laboral aplicável, as férias e subsídio de férias do ano de 2022 a que os trabalhadores têm direito em função do trabalho realizado nesse ano, devem ser liquidadas a partir de 1 de janeiro de 2023, pelo que os gastos correspondentes se encontram reconhecidos como benefícios de curto prazo no ano de 2022.

Os benefícios decorrentes da cessação do emprego, quer por decisão unilateral da Empresa, quer por mútuo acordo, são reconhecidos como gastos no período em que ocorrerem.

k) Eventos subsequentes

Os eventos ocorridos após a data do balanço que proporcionem provas ou informações adicionais sobre condições que existiam à data do balanço (*"acontecimentos que dão lugar a ajustamentos"*) são refletidos nas demonstrações financeiras da Empresa. Os eventos após a data do balanço que sejam indicativos de condições que surgiram após a data do balanço (*"acontecimentos que dão lugar a ajustamentos"*), quando materiais, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

3.2 Juízos de valor que o órgão de gestão fez no processo de aplicação das políticas contabilísticas e que tiveram maior impacto nas quantias reconhecidas nas demonstrações financeiras:

Na preparação das demonstrações financeiras de acordo com as NCRF, o Conselho de Administração da Empresa utiliza estimativas e pressupostos que afetam a aplicação de políticas e montantes reportados. As estimativas e julgamentos são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência de eventos passados e outros fatores, incluindo expectativas relacionadas a eventos futuros considerados prováveis face às circunstâncias em que as estimativas são baseadas ou resultado de uma informação ou experiência adquirida.

As estimativas contabilísticas mais significativas refletidas nas demonstrações financeiras dos anos findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 incluem:

- Vidas úteis dos ativos fixos tangíveis;
- Previsão para férias e subsídio de férias;

As estimativas foram determinadas com base na melhor informação disponível à data de preparação das demonstrações financeiras. No entanto, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data, não foram considerados nessas estimativas. As alterações a estas estimativas que venham a ocorrer posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas em resultados, de forma prospetiva.

3.3 Principais pressupostos relativos ao futuro

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Empresa, mantidos de acordo com princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

Os eventos ocorridos após a data do balanço que afetem o valor dos ativos e passivos existentes à data do balanço são considerados na preparação das demonstrações financeiras do período. Esses eventos, se significativos, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

3.4 Principais fontes de incerteza

As estimativas de valores futuros que se justificaram reconhecer nas demonstrações financeiras refletem a evolução previsível da Empresa no quadro do seu plano estratégico e as informações disponíveis face acontecimentos passados e a situações equivalentes de outras Empresas do setor, não sendo previsível qualquer alteração significativa deste enquadramento a curto prazo que possa pôr em causa a validade dessas estimativas ou implicar um risco significativo de ajustamentos materialmente relevantes nas quantias escrituradas dos ativos e passivos no próximo período.

4. Fluxos de caixa

4.1 Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários:

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Caixa		
Depósitos à ordem	24 181,57	31 403,69
	24 181,57	31 403,69

5. Ativos Intangíveis

5.1 Divulgações para cada classe de ativos intangíveis

a) As amortizações do período são calculadas tendo em consideração as seguintes vidas úteis e taxa de amortização médias:

<u>Ativos Intangíveis-Outros</u>	<u>Vida útil</u>	<u>Taxa de Amortização</u>
Projetos de desenvolvimento	3	33,33%
Propriedade industrial	3	33,33%
Programas de Computador	3	33,33%

b) Os elementos dos ativos intangíveis com vidas úteis finitas são amortizados pelo método da linha reta durante um período que varia entre 3 e 5 anos.

c) Os ativos intangíveis e o valor das amortizações relativas a ativos intangíveis incluídas na rubrica “Gastos/reversões de depreciação e de amortização” da demonstração dos resultados apresentam a seguinte decomposição por classe:

	31 de dezembro de 2022			31 de dezembro de 2021		
	Quantia escriturada bruta	Amort. Acum. Perdas imp.	Valor Líquido	Quantia escriturada bruta	Amort. Acum. Perdas imp.	Valor Líquido
Ativos intangíveis-Outros						
Projectos de desenvolvimento	80 044,00	73 697,03	6 346,97	80 044,00	70 493,90	9 550,10
Software	60 868,02	44 549,60	16 319,22	47 433,02	40 647,18	6 785,84
Propriedade industrial	627,30	627,30		627,30	627,30	
Ativos intangíveis em curso	6 255,53		6 255,53			
Totais	147 795,65	118 873,93	28 921,72	128 104,32	111 768,38	16 335,94

d) Os movimentos na rubrica ativos intangíveis do período de 2022 e 2021 são os que se seguem:

	31 de dezembro de 2022				
	Projectos de desenvolv.	Programas de computador	Propriedade industrial	Investimentos em curso	Total
Quantia escriturada bruta					
Saldo em 01.01.2022	80 044,00	47 433,02	627,30		128 104,32
Adições		13 435,80		6 255,53	19 691,33
Saldo em 31.12.2022	80 044,00	60 868,82	627,30	6 255,53	147 795,65
Amortizações acumuladas					
Saldo em 01.01.2022	-70 493,90	-40 647,18	-627,30		-111 768,38
Adições	-3 203,13	-3 902,42			-7 105,55
Saldo em 31.12.2022	-73 697,03	-44 549,60	-627,30		-118 873,93
Quantia escriturada	6 346,97	16 319,22		6 255,53	28 921,72
	31 de dezembro de 2021				
	Projectos de desenvolv.	Programas de computador	Propriedade industrial	Investimentos em curso	Total
Quantia escriturada bruta					
Saldo em 01.01.2021	761 638,21	47 433,02	627,30		809 698,53
Adições	4 034,77				4 034,77
Abates	-685 628,98				
Saldo em 31.12.2019	80 044,00	47 433,02	627,30		128 104,32
Amortizações acumuladas					
Saldo em 01.01.2021	-753 174,74	-35 721,13	-627,30		-789 523,17
Adições	-2 948,14	-4 926,05			-7 874,19
Retiradas	685 628,98				685 628,98
Saldo em 31.12.2019	-70 493,90	-40 647,18	-627,30		-111 768,38
Quantia escriturada	9 550,10	6 785,84			16 335,94

O aumento da rubrica “Programas de computador” refere-se à aquisição do programa de gestão documental “Filedoc”.

Relativamente à rubrica “Investimentos em curso”, o aumento refere-se à aquisição de serviços de suporte regulamentar no âmbito do projeto “AquaTOPIC-Desenvolvimento da gama de produtos cosméticos com água mineral natural das termas de S. Pedro do Sul vocacionados para a dermatite atópica”.

6. Ativos fixos tangíveis

6.1. Divulgações sobre ativos fixos tangíveis:

a) Bases de mensuração:

Os ativos fixos tangíveis estão valorizados de acordo com o modelo de custo, segundo o qual um item do ativo é escriturado pelo seu custo menos depreciações e quaisquer perdas por imparidades acumuladas.

b) Método de depreciação usado:

A Empresa deprecia os seus bens do ativo fixo tangível de acordo com o método de linha reta e por duodécimos. De acordo com este método, a depreciação é constante durante a vida útil do ativo se o seu valor residual não se alterar.

c) Vidas úteis e taxas de depreciação usados:

As depreciações do período são calculadas tendo em consideração as seguintes vidas úteis e taxa de depreciação médias:

Ativos tangíveis	Vida útil	Taxa de depreciação
Edifícios e outras construções	10 - 50	2% - 10%
Equipamento básico	8 - 50	2% - 12,5%
Equipamento administrativo	3 - 8	12,5% - 33,3%
Outros ativos fixos tangíveis	4 - 10	25% - 100%

d) Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período:

31 de dezembro de 2022							
	Terrenos e Rec. Naturais	Edifícios outras construções	Equipamento básico	Equipamento Administrativo	Outros ativos fixos tangíveis	Investimentos em curso	Total
Quantia escriturada bruta							
Saldo em 01.01.2022	3 959 860,57	11 912 210,97	3 341 396,05	202 460,26	360 712,61	479 391,65	20 256 032,11
Adições	41 117,36	229 925,66	35 090,31	6 818,49	-	416 807,63	729 759,45
Saldo em 31.12.2022	4 000 977,93	12 142 136,63	3 376 486,36	209 278,75	360 712,61	896 199,28	20 985 791,56
Depreciações acumuladas							
Saldo em 01.01.2022	-	-4 029 267,31	-2 985 318,99	-183 601,68	-324 015,13	-	-7 522 203,11
Adições	-	-299 762,13	-62 073,12	-4 730,12	-7 044,46	-	-373 609,83
Saldo em 31.12.2022	-	-4 329 029,44	-3 047 392,11	-188 331,80	-331 059,59	-	-7 895 812,94
Quantia escriturada	4 000 977,93	7 813 107,19	329 094,25	20 946,95	29 653,02	896 199,28	13 089 978,62

31 de dezembro de 2021

	Terrenos e Rec. Naturais	Edifícios outras construções	Equipamento básico	Equipamento Administrativo	Outros ativos fixos tangíveis	Investimentos em curso	Total
Quantia escriturada bruta							
Saldo em 01.01.2021	3 959 860,57	11 831 015,96	3 339 685,22	198 571,97	346 993,95	53 929,34	19 730 057,01
Adições		81 195,01	1 710,83	3 888,29	13 718,66	425 462,31	525 975,10
Saldo em 31.12.2021	3 959 860,57	11 912 210,97	3 341 396,05	202 460,26	360 712,61	479 391,65	20 256 032,11
Depreciações acumuladas							
Saldo em 01.01.2021		-3 734 058,91	-2 796 351,02	-175 979,40	-315 772,63		-7 022 161,96
Adições		-295 208,40	-188 967,97	-7 622,28	-8 242,50		-500 041,15
Saldo em 31.12.2021		-4 029 267,31	-2 985 318,99	-183 601,68	-324 015,13		-7 522 203,11
Quantia escriturada	3 959 860,57	7 882 943,66	356 077,06	18 858,58	36 697,48	479 391,65	12 733 829,00

As adições ao ativo fixo tangível em 2022 foram as seguintes:

- Na rubrica “Terrenos e Rec. Naturais” foi adquirida ao Município de S. Pedro do Sul a loja anexa ao edifício do Balneário Rainha D. Amélia, pelo montante de 252.603€ acrescida do respetivo IMT (16.419,20€) e imposto de selo (2.020,82€). Nesta rubrica encontra-se registado 15,17% deste valor.
- Na rubrica “edifícios e outras construções”: foi adquirida ao Município de S. Pedro do Sul a loja anexa ao edifício do Balneário Rainha D. Amélia pelo montante de 252.603€ acrescida do respetivo IMT (16.419,20€) e imposto de selo (2.020,82€). Nesta rubrica encontra-se registado os restantes 84,83% deste valor.
- Na rubrica “equipamento básico” foram efetuadas várias aquisições, nomeadamente, um equipamento Gym Pulson 200 Ultrassons por 1.717,52 Euros, um desfibrilhador no valor de 1.272,10 Euros, dois quadros comando no valor de 5.550,23€, um sistema de filtragem da água do rio para arrefecimento da água termal no valor de 13.442,20€, uma peça para compressor no valor de 5.460,24€, um Iphone 13 por 1.112,28 Euros, uma bomba submersível por 4.777,12 Euros e por último um variador trifásico 7,5KW no valor de 1.758,62€.
- Na rubrica “equipamento administrativo” foi adquirido um Scanner Fujitsu+Post imprinter por 2.076,17 Euros e mobiliário de carvalho para a fisioterapia cujo custo ascendeu a 4.742,32 Euros;
- Na rubrica “obras em curso” foram registadas as obras referentes ao projeto financiado pelo Fundo Ambiental “Promoção da utilização da Energia geotérmica das Termas de S. Pedro do Sul” no valor de 416.807,63 Euros.

A rubrica “Ativos fixos tangíveis “é composta, em cerca de 80%, por terrenos e imóveis. O Balneário D. Afonso Henriques foi adquirido ao Município de S. Pedro do Sul, pelo montante de 13.475.087 Euros, em março de 2008. Este imóvel encontra-se hipotecado pelo montante de 13.750.000 Euros a favor da Caixa Geral de Depósitos, instituição que financiou a sua aquisição global com as seguintes condições:

- Prazo: 20 anos (com 1 ano de carência de capital);
- Taxa de Juro: Euribor a 6 meses + *spread* de 1,2%.

O valor de aquisição do “Silo Auto” resulta de um aumento de capital social por entrada em espécie, ocorrido em março de 2008. Existe uma hipoteca sobre este imóvel a favor do Crédito Agrícola Mútuo Beira Douro e Lafões, CRL como garantia do empréstimo da conta corrente caucionada, contraída no montante de 200.000 Euros e do empréstimo de médio e longo prazo no montante de 500.000 Euros.

De referir que, conforme divulgado na nota 17.5, existe um penhor a favor da AT onde a Termalístur aceitou dar como garantia sob a forma de penhor o trespasse do estabelecimento comercial com todos os seus pertences.

O valor de aquisição do complexo “Gerós” resulta de um contrato de locação financeira celebrado com o Santander em novembro de 2006, com as seguintes condições de financiamento:

- Valor total do financiamento: 400.000 Euros +26.000 Euros (IMT)
- Nº de rendas mensais: 180;
- Valor residual: 20% do montante contratado;
- Taxa de Juro: Euribor a 3 meses + *spread* de 0,145%

A rubrica de “Equipamento básico” inclui bens de funcionamento da estrutura balnear, nomeadamente: postos de hidromassagem, postos de massagem subaquática, banheiras de hidromassagem, estufas de vapor à coluna, tribunas de duche de jato, duches de efusão, emanatórios coletivos, postos de aerossol sónico, postos de nebulização, postos de irrigação nasal, postos de pulverização, entre outros.

6.2. Depreciações, reconhecidas nos resultados ou como parte de um gasto de outros ativos durante o período, e depreciações acumuladas no final do ano

Descrição	Depreciações do ano		Depreciações acumuladas	
	2022	2021	2022	2021
Edifícios e outras construções	299 762,13	295 208,40	4 329 029,44	4 029 267,31
Equipamento básico	62 073,12	188 967,97	3 047 392,11	2 985 318,99
Equipamento administrativo	4 730,12	7 622,28	188 331,80	183 601,68
Outros activos fixos tangíveis	7 044,46	8 242,50	331 059,59	324 015,13
Totais	373 609,83	500 041,15	7 895 812,94	7 522 203,11

7. Locações

7.1. Locações financeiras - locatários:

a) *Quantia escriturada líquida para cada categoria de ativo:*

Bens adquiridos com recurso a locação financeira	2022			
	Valor contrato	Amortizações acumuladas	valor em dívida	Valor residual
Contrato 1003402	426 000,00	110 760,00	103 531,25	85 200,00
	426 000,00	110 760,00	103 531,25	85 200,00

Este contrato de Leasing financia a aquisição do prédio Urbano-Termas-Lote 1. O imóvel possui 1 piscina, 3 campos de ténis, um quiosque e campos de futebol, teve início em 10-11-2006 e o seu término será no ano de 2024.

b) *Reconciliação entre o valor total dos futuros pagamentos mínimos da locação à data de balanço e o seu valor presente:*

Conforme descrito na nota 14.1.2., o passivo corrente relativo a este contrato representa 14.709,31 Euros e passivo não corrente a quantia de 88.821,94 Euros.

Plano de reembolso	2022		
	Capital	Juros	Total
1 a 2 anos	103 531,25	2 285,97	105 817,22
	103 531,25	2 285,97	105 817,22

8. Outros investimentos financeiros

O valor contabilizado na rubrica "Outros ativos financeiros" é relativo a entregas para o Fundo de Compensação do Trabalho. No ano de 2022, foram reconhecidos em termos líquidos nesta rubrica o montante de 2.628,16 Euros.

9. Inventários

9.1 Quantia total escriturada de inventários e quantia escriturada em classificações apropriadas

	31-dez-22	31-dez-21
Mercadorias	131 281,59	153 028,66
Mat.primas sub. e de consumo	55 349,26	57 265,68
	186 630,85	210 294,34

	2022		2021	
	Mercadorias	Mat.primas subs e de consumo	Mercadorias	Mat.primas subs e de consumo
Inventário inicial	153 028,66	57 265,68	171 239,26	69 143,51
Compras	47 686,58	92 790,55	28 074,39	65 578,85
Regularização Inventários	-11 780,04	415,24	-4 476,36	868,02
Inventário final	131 281,59	55 349,26	153 028,66	57 265,68
Custo Exist. vendas e Consumidas (1)	57 653,61	95 122,21	41 808,63	78 324,70

A rubrica “inventários de mercadorias” compreende artigos de merchandising, aparelhos para tratamentos e produtos de dermocosmética.

A rubrica “inventários de materiais diversos” compreende material para tratamentos, material de limpeza, fardamento e turcos.

Esta rubrica apresenta uma ligeira redução, face ao valor verificado em 31 de dezembro de 2021.

	2022	2021
Vendas	144 111,71	96 013,35
% custo da venda	40,01%	43,54%
% Margem s/ venda	59,99%	56,46%

Como se verifica, a margem s/venda aumentou cerca de 3,53 p.p., em relação ao ano de 2021.

10. Réditos

10.1 Quantia de cada categoria significativa de rédito reconhecida durante o período:

	2022	2021	Variação
Mercadorias			
Aparelhos	27 640,23	19 405,31	8 234,92
Merchandising	25 778,67	9 421,87	16 356,80
Dermocosmética	90 692,81	67 186,17	23 506,64
	144 111,71	96 013,35	48 098,36
Prestação de serviços			
Balneoterapia	2 358 782,56	1 745 718,44	613 064,12
Fisioterapia	315 438,14	223 218,20	92 219,94
Bem-estar	369 508,42	235 578,53	133 929,89
Consultas	362 334,49	270 170,61	92 163,88
Diversos	1 213,60	997,53	216,07
Volume de negócios	3 407 277,21	2 475 683,31	931 593,90
rédito	3 551 388,92	2 571 696,66	979 692,26

Handwritten initials and a signature.

10.2 Vendas e prestações de serviços por mercado:

Todas as transações foram efetuadas no mercado interno.

Comparativamente com o período de 2021, o réditio da Empresa em 31 de dezembro de 2022, aumentou 979.692,26 Euros, que se traduz num aumento de 38,10% em relação ao período anterior. A atividade da entidade, em 2022, período pós pandemia, cresceu face ao período homólogo, contudo, ainda aquém dos valores pré pandemia, apresentando uma redução de 21,90%, que se traduz numa diminuição de 995.652,27€.

11. Contabilização dos subsídios do Governo e divulgação de apoios do Governo

11.1. Natureza e extensão dos subsídios do Governo reconhecidos nas demonstrações financeiras e indicação de outras formas de apoio do Governo

A Empresa reconheceu nas suas demonstrações financeiras os seguintes subsídios do Governo:

Subsídios reconhecidos em "Outros rendimentos"

Descrição	2022	2021
	Capitais próprios	Capitais próprios
ADDLAP	60,90	60,90
Termalismo + Inclusivo	5 887,20	5 887,20
NESTPOLIS	6 940,89	7 739,82
Total	12 888,99	13 687,92

Subsídios reconhecidos em "Subsídios à exploração"

Descrição	2022	2021
	Demonstração de resultados	Demonstração de resultados
IEFP - Subsídios estágios e estímulos à criação de emprego	22 758,19	21 030,16
ARPT	2 173,09	2 522,88
Apoio Lay-off	-	108 728,50
Apoio Enc. Escolas	632,91	465,11
POCI	12 100,00	10 400,00
Apoiar	32 122,20	265 125,00
Outros	56 878,80	50 048,36
Total	126 665,19	458 320,01

No ano de 2022, a Entidade recebeu 32.122 Euros do programa "Apoiar". Este reforço do Programa APOIAR, financiado pelo Turismo de Portugal, enquadra-se no Acordo de Médio Prazo de melhoria dos rendimentos, dos salários e da competitividade.

Na rubrica "outros subsídios à exploração" estão incluídos:

- O subsídio do Projeto Aqvatopic no valor de 46.752,49€;
- O apoio atribuído pelo IAPMEI em virtude da atualização da retribuição mínima mensal garantida, no valor de 6.776 Euros;
- O subsídio do Fundo Ambiental do projeto “Promoção da utilização da geotérmica” no valor de 1.350,31€.

12. Acontecimentos após a data do balanço

12.1. Autorização para a emissão

As demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração no dia 30 de março de 2023. No entanto, o acionista poderá em Assembleia-Geral não aprovar as presentes demonstrações e solicitar alterações.

12.2. Atualização da divulgação acerca das condições à data do balanço

Entre a data do balanço e a data da autorização para emissão das demonstrações financeiras não foram recebidas quaisquer informações acerca de condições que existiam à data de balanço, que necessitasse de ser ajustada das quantias reconhecidas nas presentes demonstrações financeiras.

A Guerra da Ucrânia marcou o início e o ano de 2022, estando-se à data sem expectativas do fim do conflito. As consequências económicas afetaram o comércio mundial, traduzindo-se no aumento de algumas matérias-primas e em constrangimentos nas cadeias de distribuição. Devido a este cenário de incerteza, ainda não é possível quantificar possíveis consequências globais, mas a Entidade considera que tais impactos não foram materialmente relevantes para as demonstrações financeiras do ano de 2022, nem colocarão em causa a continuidade das suas operações, nem os seus compromissos financeiros assumidos, nos próximos 12 meses de 2023.

No dia 10 de março de 2023 foi assinado pelo líder do consórcio, o termo de aceitação referente à candidatura apresentada às Agendas para a Inovação Empresarial, nos termos do AAC n.º 02/C05-i01/2022, cabendo à Termalitur um incentivo de 3.826.740 Euros referente a um investimento de 4.536.740 Euros. Este projeto de investimento tem como ambição (re)posicionar a Estância Termal de São Pedro do Sul como destino termal de excelência e, progressivamente, de notoriedade internacional no contexto do novo paradigma da saúde e do bem-estar termal, concretizando-se através dos seguintes objetivos:

- Requalificar o Balneário Rainha D. Amélia, reforçando a sua especialização no segmento termal do bem-estar dotando de novos espaços, mais modernos e equipados com novas tecnologias e equipamentos inovadores que sustentem novas propostas de experiências;

- Construir um SPA Termal Exclusivo, devidamente integrado no Balneário Rainha D. Amélia e no Jardim Exterior, que adicione novas valências à oferta termal disponível acrescentando valor ao produto baseado num conceito arquitetónico que destaca a água como elemento central e privilegia o relax e o bem-estar do visitante;
- Instalar um Espaço Museológico e Interpretativo, anexo ao Balneário Rainha D. Amélia, dedicado ao património material e imaterial da Estância Termal de São Pedro do Sul proporcionando aos visitantes uma verdadeira experiência imersiva na história deste destino termal singular;
- Modernizar o Laboratório Termal, integrado no Balneário Rainha D. Amélia, que assegure a qualidade da água mineral natural e contribua para potenciar a investigação e o desenvolvimento técnico-científico deste recurso endógeno diversificando a oferta de produtos dermocosméticos concebidos a partir das características singulares da água mineral natural de São Pedro do Sul e comercializados sob a marca AQVA;
- Implementar um Sistema de Gestão Integrado de Informação, que permita o acesso privilegiado dos visitantes à informação sobre as respetivas experiências, seja de âmbito administrativo ou logístico, seja de natureza técnica exclusiva oferecendo uma total independência, controlo e rastreabilidade aos visitantes sobre as respetivas experiências;
- Desenvolver Estudos Técnico-Científicos, dedicados à avaliação das potencialidades da água mineral natural de São Pedro do Sul, para tratamentos dermatológicos alavancando o mercado potencial dos produtos dermatológicos e o devido reconhecimento científico junto da comunidade médica, particularmente, dos dermatologistas;
- Estruturar Novas Propostas de Produtos/ Experiências Turísticas, ancoradas nas ofertas de saúde e bem-estar e na respetiva integração territorial, exclusiva do produto ou multi-produto desenhando propostas compósitas de programas turísticos, com a devida elasticidade e facilidade de personalização, dirigidas aos mercados mais exigentes.

13. Impostos sobre o rendimento

13.1. Principais componentes de gastos/rendimentos de impostos

Gastos/rendimentos	2022	2021
Impostos correntes	-3 013,64	3 717,03
Impostos diferidos	25 668,49	0,00
Imposto sobre o rendimento do período	22 654,85	3 717,03

A entidade candidatou-se ao SIFIDE (Sistema de Incentivos fiscais à Investigação e Desenvolvimento Empresarial) no exercício de 2021 e este não foi reconhecido no respetivo ano por prudência. Foi aprovado pela Agência Nacional de Inovação em janeiro de 2023 um crédito fiscal no valor de 25.827,423€.

13.2. Relacionamento entre gasto / rendimento de imposto e lucro contabilístico.

Descrição	2022	2021
1 - Resultado contabilístico do período (antes de impostos)	0,00	0,00
Acréscimos à matéria colectável	1 407,81	3 784,13
Abates à matéria colectável	0,00	0,00
Base de cálculo do IRC	1 407,81	3 784,13
2 - Imposto corrente (Tx. Reduzida)	0,00	0,00
3 - Imposto corrente (Tx. Normal)	59,13	158,93
4 - SIFIDE	-59,13	0,00
5 - Derrama	21,12	56,76
6 - Tributações autónomas	2 933,39	3 501,34
7 - IRC de períodos anteriores e juros compensatórios	0,00	0,00
8 - Total do Imposto do Período	2 954,51	3 717,03
9 - Taxa efectiva de imposto sobre o rendimento [9 = (8) / 1 x 100]		

13.3. Explicitação de alterações na taxa de imposto aplicável comparada com o período contabilístico anterior

Em 2022, o imposto sobre o rendimento é de 2.954,51 Euros, para um resultado antes de imposto nulo.

14. Instrumentos financeiros

14.1. Ativos e passivos financeiros

14.1.1. Ativos financeiros mensurados ao valor nominal (custo amortizado semelhante ao valor nominal)

	2022	2021
Clientes	110 982,17	56 731,75
Outras créditos a receber	766 076,74	1 569 906,21
Diferimentos	5 971,15	5 271,28
Totais	883 030,06	1 631 909,24

14.1.1.1. Clientes

A rubrica clientes corresponde a dívidas a receber de clientes do mercado nacional.

14.1.1.2 Outros créditos a receber

Descrição	2022	2021
Compensação financeira para equilíbrio de resultados	379 468,43	680 857,94
Fundo Ambiental	267 982,51	670 409,78
POCI (Prog. Operacional Compet. e Intern.)-Aqvatic	50 636,31	100 477,63
Processos Tribunal	26 971,70	26 971,70
POCI (Prog. Operacional Compet. e Intern.)-Formação	18 135,88	31 135,88
IEFP	11 376,35	23 211,41
Saldos devedores de fornecedores	8 357,41	23 585,03
ARPT	2 173,09	2 522,88
Outros valores a receber - Diversos	975,05	1 221,11
Saldos devedores de fornecedores de imobilizado	0,01	5 349,52
Rappel Repsol	0,00	4 065,67
Outros valores a receber - Pessoal	0,00	97,66
Turismo de Portugal	0,00	0,00
Total	766 076,74	1 569 906,21

Em 2022, a compensação financeira para equilíbrio de resultados nos termos do nº2 do artigo 40º da Lei 50/2012 de 31 de agosto, atribuído pelo Município de S. Pedro do Sul, traduziu-se em 379.468,43€ (ver nota 12.2).

No início de 2020 foi celebrado um contrato com o “Fundo de Apoio à Inovação” para o financiamento de um projeto “Promoção da utilização da energia geotérmica”, através de um subsídio ao investimento não reembolsável, no valor de 1.100.067,75 Euros (no final de 2021 foi efetuado um pedido de alteração entre rúbricas, tendo o incentivo passado a ser de 1.099.895,23 Euros). A obra foi adjudicada no início de 2021 e encontra-se em execução. De referir que, no âmbito deste projeto a Entidade já recebeu o montante de 250.000 Euros a título de adiantamento, o montante de 179.485,45 Euros referente ao primeiro pedido de pagamento e o montante de 402.427,27 Euros a título de pedido de adiantamento contra fatura em dezembro de 2022.

Em abril de 2021, foi celebrado um acordo com vista à “investigação e desenvolvimento tecnológico de projetos de I&D em copromoção” entre a Termalístur e o Programa Operacional Competitividade e Internacionalização, através de um consórcio com as entidades “Universidade da Beira Interior” e a entidade “Prados Embalados, Lda.” O Consórcio apresentou o projeto AqvATOPIC-Desenvolvimento da gama de produtos cosméticos com água mineral natural das termas de S. Pedro do Sul vocacionados para a dermatite atópica. Este projeto inclui um investimento global de 426.559,27 Euros, sendo atribuído um incentivo financeiro não reembolsável de 262.343,81€ Euros, correspondente a 61,5% sobre o montante das despesas consideradas elegíveis. A parte que concerne à Termalístur no referido consórcio, fixa-se num investimento elegível de 257.177,42 Euros, beneficiando de um incentivo de 138.659,56 Euros (no final de 2021 foi efetuado

um pedido de alteração, tendo o incentivo passado a ser de 114.343,59 Euros). De referir que, no âmbito deste projeto a Entidade já recebeu o montante de 67.707,28 Euros a título de pedido de pagamento.

O valor a receber 18.135,88 Euros do Programa Operacional Competitividade e Internacionalização, resulta da aprovação de uma candidatura aos projetos autónomos de formação no valor de 47.950 Euros (13.000 euros não foram executados), tendo já recebido 16.814,12 Euros.

A rubrica "Processos Tribunal" corresponde ao pagamento, no valor de 26.971,70 Euros, do imposto do selo relacionado com a constituição da garantia (penhor) a favor da Autoridade Tributária, no âmbito dos processos de impugnação do IVA.

14.1.1.3 Diferimentos

Diferimentos	Períodos		Variação	Var. %
	2022	2021		
Ativos:				
Seguros pagos antecipadamente	2 712,85	2 684,80	28,05	1,04%
Outros	3 106,66	2 586,48	520,18	20,11%
Limpeza e higiene	151,64	.	151,64	
Total	5 971,15	5 271,28	699,87	13,28%

Esta rubrica inclui a especialização de encargos com seguros, aluguer de impressora, licença anual do software Primavera e assistência e desinfeção das instalações.

14.1.2. Passivos financeiros mensurados ao valor nominal

Rubricas	Períodos					
	2022			2021		
	Não corrente	Corrente	Total	Não corrente	Corrente	Total
Empréstimo CA tesouraria (5101022412)	0,00	138 265,47	138 265,47	0,00	97 168,95	97 168,95
Empréstimo CA (56064687325)	1 451 743,47	85 151,81	1 536 895,28	1 536 895,28	94 019,73	1 630 915,01
Empréstimo GGD	4 898 210,31	631 193,03	5 529 403,34	5 519 638,45	691 475,63	6 211 114,08
Locação financeira	88 821,94	14 709,31	103 531,25	103 523,24	14 658,48	118 181,72
Empréstimo CA (59075102047)	777 777,80	222 222,20	1 000 000,00	1 000 000,00	0,00	1 000 000,00
Empréstimo CA (56071536888)	457 916,86	25 782,22	483 699,08	483 683,68	16 316,32	500 000,00
Empréstimo CA (51010598778)	0,00	180 000,00	180 000,00	0,00	100 000,00	100 000,00
Factoring CGDn*100141636		31 507,16				
total	7 674 470,38	1 328 831,20	8 971 794,42	8 643 740,65	1 013 639,11	9 657 379,76
Fornecedores	0,00	189 516,22	189 516,22	0,00	58 463,54	58 463,54
Outras contas a pagar	0,00	567 793,74	567 793,74	0,00	351 722,07	351 722,07
Diferimentos	0,00	12 041,54	12 041,54	0,00	93 604,23	93 604,23
Totals	7 674 470,38	2 098 182,70	9 741 145,92	8 643 740,65	1 517 428,95	10 161 169,60

14.1.2.1. Empréstimos

O empréstimo em regime de conta corrente caucionada, no montante de 200.000€, foi renegociado a 21/05/2021, pelo prazo de 180 dias (renovável) a uma taxa de juro Euribor a 6 meses, acrescida de spread de 3,5%, junto da Caixa de Crédito Agrícola Mútuo Beira Douro e Lafões, estando a 31 de dezembro de 2022, utilizado no montante de 180.000€;

Em 12/03/2018, foi negociado um novo empréstimo com o Crédito Agrícola, no valor de 1.750.000,00 Euros pelo período de 180 meses, com uma taxa de 3,5%, que permitiu liquidar a conta caucionada de 950.000,00 Euros e reforçar a tesouraria da Empresa. Conseguiu-se desta forma reduzir os financiamentos no passivo corrente.

Remete-se para a nota 6 do Anexo, a informação disponível sobre o empréstimo obtido junto da Caixa Geral de Depósitos.

O valor inscrito em locações financeiras não corrente refere-se ao contrato de leasing detalhado na nota 7 do Anexo.

No âmbito das medidas de resposta à pandemia de Covid-19, através do Decreto-lei n.º 10-J/2020, de 26 de março, foram aprovadas medidas excecionais de proteção dos créditos. Estas medidas em particular incidem sobre o reforço da tesouraria e liquidez das empresas, prevendo uma moratória dos créditos em vigor, lançamento de linhas de crédito com garantia pública, por forma a garantir o financiamento dos agentes económicos e reduzir o incumprimento devido à situação extraordinária trazida pela pandemia.

Em abril de 2020, a Termalístur aderiu às moratórias públicas dos créditos de médio e longo prazo, conforme quadro resumo abaixo:

Banco	Prazo	Data_inicio	Data_fim	valor	Aumento prazo reembolso	Novo terminus
Credito Agricola	15 anos	21/03/2018	21/03/2033	1 750 000,00 €	moratória pública +6 meses	21/09/2033
CGD	20 anos	14/03/2008	14/03/2028	13 750 000,00 €	moratória pública +6 meses	14/09/2028
Santander	15 anos	01/11/2006	01/11/2021	426 000,00 €	moratória pública +6 meses	01/05/2022

O Decreto-Lei n.º 78-A/2020 de 29 de setembro, altera as medidas excecionais e temporárias relativas à pandemia da doença COVID 19, que permite que as empresas pertencentes aos setores mais afetados pelo impacto económico da pandemia continuem a beneficiar das moratórias de capital e juros até setembro de 2021. Isto é, as empresas cujo CAE conste do anexo ao Decreto-Lei n.º 78-A/2020 (que é o caso), têm vantagens em relação às restantes:

-beneficiam, de forma automática, de uma extensão pelo prazo de 12 meses da maturidade dos seus empréstimos.

Assim, o novo terminus dos empréstimos será o seguinte:

Banco	Prazo	Data início	Data fim	valor	Novo terminus
Credito Agricola	15 anos	21/03/2018	21/03/2033	1 750 000,00 €	21/09/2035
CGD	20 anos	14/03/2008	14/03/2028	13 750 000,00 €	14/09/2030
Santander	15 anos	01/11/2006	01/11/2021	426 000,00 €	01/04/2024

Em novembro de 2020, foi efetuada uma operação de financiamento, Crédito à Atividade-Fundo de Maneio no valor de 1.000.000 Euros, ao abrigo do protocolo Apoio Economia COVID 19-SMC, celebrado entre a Norgarante e a CCAM Beira Douro e Lafões CRL, pelo prazo de 72 meses (com carência de 18 meses), a uma taxa de juro Euribor a 12 meses, acrescida de spread de 1,5%. Esse empréstimo também beneficiou das moratórias-carência de capital de + 9 meses, previsto no Decreto-Lei n.º 22-C/2021 de 22 de março.

14.1.2.2. Fornecedores

Designação	2022	2021
Câmara Municipal de S. P. S.	147 088,81	25 793,51
HPRD, Lda	7 975,01	
FunnyHow, Lda	7 364,63	
EDP	6 186,42	14 503,95
Microchen-Ensaio e análises, Lda	5 174,00	
Edengráfico S.A.	4 569,45	
Geopor Unip., Lda	3 465,00	
Outros de pequeno montante	3 129,25	7 096,08
Artecer, Lda	1 948,32	
Repsolgás-Unip., Lda	1 367,83	
Sociedade Portuguesa de Autores	1 247,50	
Nuno Capela Marques, Lda	0,00	11 070,00
	189 516,22	47 393,54

Verifica-se um aumento das dívidas a pagar a fornecedores em, cerca de, 142.122 Euros.

Em 31 de dezembro de 2022, aproximadamente 78% do saldo de fornecedores é referente ao único acionista da Empresa, o Município de São Pedro do Sul (MSPS). Este montante resulta da cedência de exploração do Balneário Rainha D. Amélia (66.267,68€) e do fornecimento de água (80.821,13€).

A exploração do balneário RDA, foi protocolada em 12 de fevereiro de 2004, por um prazo de trinta anos e entrou em vigor em 15 de março de 2004, segundo a "Cláusula nº 11" do referido protocolo. O MSPS transfere para a Termalitur, a gestão do referido balneário, bem como todos os bens e equipamentos nele existentes (ver nota 12.2).

A gestão compreende toda a gestão económica e financeira no que concerne ao pessoal, prestação e venda de serviços e bens, que são prestados fundamentalmente na aplicação de tratamentos que impliquem a utilização de água mineral natural e meios complementares para fins terapêuticos e outros serviços colaterais.

Em março de 2018 e após pedido ao Município de redução da renda baseada na aplicação do VPT, articulando o n.º 2 do Art.º 54º do Novo Regime do Arrendamento Urbano, referente a arrendamentos para fins não habitacionais e respetiva remissão para as alíneas a) e b) do n.º 2 do Art.º 34º do mesmo diploma, obteve-se um parecer favorável do mesmo, tendo a renda reduzido dos 65.940,57 Euros para 8.100,00 Euros (em 2022 foi de 8.283,46 Euros).

Em 11/08/2022 a Câmara Municipal de S. Pedro do Sul revogou a anterior deliberação de 2011 que concedia isenção no pagamento do fornecimento de água, com efeitos a 01/01/2022.

14.1.2.3. Outras dívidas a pagar corrente

	2022	2021
Remunerações a liquidar (ferias e sub.)	177 244,96	178 446,62
Imi a liquidar	16 275,45	16 275,45
Eletricidade	0,00	12 029,16
Juros a liquidar	9 204,57	4 686,11
Outros credores por acréscimos de gastos	10 612,59	7 839,45
Saldos credores (clientes)	0,06	0,06
Fornecedores de Investimento	353 147,37	129 563,19
Pessoal	88,32	101,82
Outros credores	1 220,41	2 780,21
Total	567 793,73	351 722,07

Esta rubrica inclui, nomeadamente:

- Estimativa para férias e subsídio de férias no montante de 177.244,96 Euros, tendo esta diminuído face ao ano anterior devido à diminuição do pessoal do quadro;
- Dívidas a fornecedores de investimentos no valor de 353.147,37€, sendo 346.736 Euros ao fornecedor Francisco de Almeida Pinheiro Soc. Unipessoal, Lda;
- Especialização do Imposto Municipal sobre Imóveis no montante de 16.275,45 Euros;
- Especialização de juros suportados no montante de 9.204,57 Euros, referentes aos financiamentos.

14.1.2.4. Outras dívidas a pagar não corrente

Os valores inscritos nesta rubrica referem-se aos passivos referentes aos valores dos subsídios aos investimentos (ver nota 14.9).

14.1.2.5. Diferimentos

Diferimentos	Períodos		Variação	Var. %
	2022	2021		
Passivos:				
Estágios a reconhecer (IEFP)	10 274,77	16 634,66	-6 359,89	-38,23%
Projectos de formação autónoma (POCI)	-	25 100,00	-25 100,00	-100,00%
Fundo Ambiental	40,16	1 390,47	-1 350,31	-97,11%
POCI-AqvATOPIC	1 726,61	50 479,10	-48 752,49	-96,58%
Total	12 041,54	93 604,23	-81 562,69	

A rubrica estágios a reconhecer (IEFP) inclui os rendimentos a reconhecer relativos aos subsídios do IEFP.

A rubrica POCI-AqvATOPIC inclui os rendimentos a reconhecer, relativos ao subsídio atribuído ao projecto "AqvATOPIC-Desenvolvimento da gama de produtos cosméticos com água mineral natural das termas de S. Pedro do Sul vocacionados para a dermatite atópica", associados a gastos de pesquisa, publicidade e gestão do projeto. A 31 de dezembro de 2022 já tinha sido reconhecido 83.875,96 Euros, estando os restantes 1.726,61 Euros diferidos.

14.2. Total de rendimento e gasto de juros para ativos e passivos financeiros

A Empresa não apresenta rendimentos de juros para os ativos financeiros.

O total de gastos de juros para os passivos financeiros, discriminam-se como se segue:

a) Gastos de juros para passivos financeiros:

Passivos Financeiros	Períodos	
	2022	2021
Juros suportados	168 526,21	135 392,44
Outros gastos de financiamento	19 383,94	18 575,68
	187 910,15	153 968,12

14.3. Montante de capital social

A 31 de dezembro de 2022, a Empresa detinha um capital social de 4.559.379 Euros, estando totalmente realizado, sendo detido a 100% pelo Município de S. Pedro do Sul.

O montante de capital inclui uma entrada em espécie de 1.239.043 Euros, referente ao imóvel designado "Silo Auto".

14.4. Ações representativas do capital social

A 31 de dezembro de 2022, a Empresa detinha um capital social de 4.559.379 ações, ao valor nominal de 1 Euro por ação, integralmente realizadas.

14.5. Variação do número de ações em circulação durante o período

Não houve variação do número de ações em circulação até 31 de dezembro de 2022.

14.6. Reserva Legal

A legislação comercial estabelece que pelo menos 5% do resultado líquido anual tem de ser destinado ao reforço da reserva legal até que esta represente pelo menos 20% do capital. Esta reserva não é distribuível a não ser em caso de liquidação da Empresa, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos depois de esgotadas as outras reservas, ou incorporadas no capital.

14.7. Outras Reservas

O valor constante desta rubrica, compreende os resultados de anos anteriores, que por decisão do Conselho de Administração e das várias Assembleias Gerais, deliberaram constituir reservas livres, com os resultados obtidos nos diversos períodos.

14.8. Resultados transitados

Esta rubrica inclui os resultados líquidos dos anos anteriores.

14.9. Outras variações do capital próprio

Os movimentos ocorridos no ano apresentam-se no seguinte quadro:

Descrição	2022		
	Saldo inicial	Imputação	Saldo final
Subsídios ao investimento	1 240 617,85	12 888,99	1 227 728,86
Subsídio Adlap	2 070,57	60,90	2 009,67
Subsídio Nestpolis	16 217,72	6 940,89	9 276,83
Subsídio Termalismo + inclusivo	99 621,67	5 887,20	93 734,47
Subsídio FAI	1 093 966,87		1 093 966,87
Subsídio AqvATOPIC	28 741,02		28 741,02
Ajustamentos Impostos diferidos	279 139,19	2 900,09	276 239,10
Subsídio Adlap	466,12	13,70	452,41
Subsídio Nestpolis	3 649,54	1 561,70	2 087,84
Subsídio Termalismo + inclusivo	22 414,26	1 324,69	21 089,57
Subsídio FAI	246 142,55		246 142,55
Subsídio AqvATOPIC	6 466,73		6 466,73
Subsídios após efeito de impostos diferidos	961 478,66	9 988,90	951 489,76

Descrição	2021			
	Saldo inicial	Aumento	Imputação	Saldo final
Subsídios ao investimento	131 597,88	1 122 707,89	13 687,92	1 240 617,85
Subsídio Adlap	2 131,47		60,90	2 070,57
Subsídio Nestpolis	23 957,54		7 739,82	16 217,72
Subsídio Termalismo + inclusivo	105 508,87		5 887,20	99 621,67
Subsídio FAI		1 093 966,87		1 093 966,87
Subsídio AqvATOPIC		28 741,02		28 741,02
Ajustamentos Impostos diferidos	29 609,77	252 609,28	3 079,85	279 139,19
Subsídio Adlap	479,82		13,70	466,12
Subsídio Nestpolis	5 391,00		1 741,46	3 649,54
Subsídio Termalismo + inclusivo	23 738,95		1 324,69	22 414,26
Subsídio FAI		246 142,55		246 142,55
Subsídio AqvATOPIC		6 466,73		6 466,73
Subsídios após efeito de impostos diferidos	101 988,11	870 098,61	10 608,07	961 478,66

15. Benefícios dos empregados

Descrição	Número médio de pessoas	Número de horas trabalhadas
Pessoas ao serviço da empresa, remuneradas e não rei	151	270 960
Pessoas REMUNERADAS ao serviço da empresa	151	270 960
Pessoas NÃO REMUNERADAS ao serviço da empresa	0	
Pessoas ao serviço da empresa, por tipo de horário:		
Pessoas ao serviço da empresa a TEMPO COMPLETO	150	270 000
Das quais: Pessoas remuneradas ao serviço da empresa	150	270 000
Pessoas ao serviço da empresa a TEMPO PARCIAL	0	
Das quais: Pessoas remuneradas ao serviço da empresa a tempo parcial		
Pessoas ao serviço da empresa, por sexo:		
Homens	42	74 760
Mulheres	109	196 200

Os gastos com o pessoal estão detalhados no quadro a seguir:

Descrição	Períodos		Variação	
	2022	2021	Absoluta	% face a 2021
Gastos com o pessoal				
Remunerações dos órgãos sociais	44 178,42	43 983,22	195	0,4%
Remunerações do pessoal	1 786 652,31	1 534 830,84	251 821	16,4%
Encargos sobre remunerações	387 925,08	327 337,88	60 587	18,5%
Seguros de acidentes de trabalho e doenças profissionais	19 760,77	16 077,30	3 683	22,9%
Outros gastos com pessoal	50 526,73	46 815,66	3 711	7,9%
Dos quais:				
Higiene, segurança trabalho	2 994,00	6 757,60	(3 764)	(55,7%)
Gastos com SNS	33 656,04	28 207,68	5 448	19,3%
Gastos com fardamento	716,33	970,38	(254)	(26,2%)
Gastos com formação	12 496,00	10 880,00	1 616	14,9%
Outros gastos com pessoal	664,36	0,00	664	100,0%
	2 289 043,31	1 969 044,90	319 998,41	16,3%

Conforme se pode verificar, ocorreu um aumento nos valores de gastos com o pessoal, em face do aumento do volume de negócios. A Entidade teve necessidade de contratar mais funcionários para os meses de Verão e que, em regra geral, são os de maior atividade. Relativamente ao número de colaboradores, em termos médios foi de 151 no ano 2022, e de 136 no ano 2021.

Na rubrica “Outros gastos com pessoal” está contabilizada a despesa com a prestação de serviços do Serviço Nacional de Saúde e a dispensa de medicamentos aos seus trabalhadores no valor de 33.656,04 Euros (2021: 28.207,68 Euros).

16. Divulgações exigidas por diplomas legais

- A Administração informa que a Empresa não apresenta dívidas ao Estado nem à Segurança Social nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de novembro.
- Para efeitos da alínea d) do n.º 5 do Artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais, durante o ano de 2022, a Empresa não efetuou transações com ações próprias, sendo nulo o n.º de ações próprias detidas em 31 de dezembro de 2022.
- Não foram concedidas quaisquer autorizações nos termos do Artigo 397º do Código das Sociedades Comerciais, pelo que nada há a indicar para efeitos do n.º 5, alínea e) do Artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais.
- A Empresa não dispõe de sucursais.
- Os honorários do Revisor Oficial de Contas relativamente à Certificação Legal de Contas de 2022 é de 4.440 Euros. A 31 de dezembro de 2022 não existiam dívidas.

O passivo corrente a 31 de dezembro de 2022 é superior ao ativo corrente em cerca de 1.109.995,07 Euros, contudo, a Administração entende que, face ao exposto nos pontos abaixo, o risco de liquidez e de continuidade estão ultrapassados:

- No passivo corrente encontra-se registada uma dívida ao Município de 147.088,81 Euros, que será liquidada conforme os recursos disponíveis da entidade;
- A Entidade possui duas linhas de crédito referentes a contas correntes caucionadas, no valor total de 350.000 Euros que têm vindo a ser submetidas todos os semestres a uma renovação por mais 6 meses, não exigindo deste modo um exfluxo de recursos para liquidação da mesma a curto prazo;
- A Entidade possui uma linha de crédito sobre a modalidade factoring, no valor de 31.507,16 Euros (plafond até 150.000 Euros), por 6 meses, que tem possibilidade de renovação, não exigindo deste modo um exfluxo de recursos para liquidação da mesma a curto prazo.

17. Outras informações

17.1. Estado e outros entes públicos

O detalhe da rubrica de “Estado e outros entes públicos” é o seguinte:

	Periodos	
	2022	2021
Ativo		
Imposto sobre o rend. das pessoas colectivas (IRC)	4 366,21	3 576,74
Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)		
	4 366,21	3 576,74
Passivo		
Imposto sobre o rend. das pessoas colectivas (IRC)		229,55
Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)	7 537,41	43 185,23
Imposto sobre o rend. das pessoas singulares (IRS)	10 611,26	9 150,88
Segurança Social	29 009,19	30 954,16
Outros impostos	62 863,20	29 752,98
	110 021,06	113 272,80

A Empresa em termos de Imposto sobre Valor Acrescentado (IVA) encontra-se submetida ao regime de “pro rata”. No decorrer de 2022, a Empresa utilizou o “pro rata provisório” de 13%, isto é, na aquisição de bens e serviços a Empresa suportou 87% do IVA.

No final do ano foi apurado o “pro rata definitivo” de 16%, tendo-se procedido à regularização a favor da empresa, no montante de 6.317,03 Euros.

As dívidas apresentadas no passivo decorrem da normal atividade da empresa e foram liquidadas dentro dos prazos legais estabelecidos no ano 2022, à exceção da despesa com a prestação de serviços do Serviço Nacional de Saúde e a dispensa de medicamentos aos seus trabalhadores no valor de 61.863,72 Euros, que se encontra em dívida o valor referente aos anos de 2021 e 2022.

17.3. Outros rendimentos

RUBRICAS	Períodos	
	2022	2021
Rendimentos suplementares	54 932,75	64 333,23
Dos quais:		
Geotermia-Com Iva ded.	7 200,00	5 760,00
Electricidade-Com Iva ded.	90,68	14 943,11
Cedência Espaço "Vodafone"	5 096,88	5 096,88
Cedência Exploração "Quiosque Termas"	1 125,00	0,00
Aluguer Salas	0,00	2 926,80
Gerós	29 673,75	24 025,24
Cedência de Exploração Bar Gerós	765,00	828,00
Cedência Exploração "CAFÉ BAR BDAH"	10 981,44	7 745,20
Descontos de pronto pagamento obtidos	0,00	0,05
Ganhos em inventários (indenizações recebidas)	0,00	0,00
Rendimentos e ganhos nos restantes ativos não financeiros	16 249,01	9 602,18
Dos quais:		
Sinistros	5 598,53	0,00
Fracção D	6 041,40	5 012,90
Fracção C-Loja Cidadão	4 609,08	4 589,28
Correções relativas a exercicios anteriores	0,00	229,84
Subsidios ao investimento	12 888,99	13 687,92
Compensação financeira p/ equilibrio financeiro	379 468,43	680 857,94
Outros	7 449,12	0,73
Total	470 988,30	768 711,89

Conforme se pode verificar, existem frações associadas ao Balneário D. Afonso Henriques que se encontram arrendadas, gerando um rendimento que, à data de 31 de dezembro de 2022, soma o montante de 10.650,48 Euros (2021: 9.602,18 Euros) (Fracção D e fracção C). A fracção "B" ("Café bar BDAH) encontra-se em cedência de exploração, tendo gerado um rendimento de 10.981,44 Euros (2021: 7.745,20 Euros).

As parcelas associadas a estes arrendamentos são irrelevantes, face à dimensão total do imóvel, e não existe a possibilidade das parcelas serem vendidas de forma separada, pelo que, atendendo ao parágrafo 10 da NCRF nº11 não se encontram classificadas na rubrica "Propriedades de Investimento".

Nos termos do nº1, do art.40º do regime jurídico da atividade empresarial local e das participações locais, as empresas locais devem apresentar resultados anuais equilibrados, acrescentando o nº2, do mesmo normativo legal que " *sem prejuízo do disposto no nº5, no caso de resultado líquido antes de imposto se apresentar negativo, é obrigatória a realização de uma*

17.2. Fornecimentos e serviços externos

De um modo geral, o valor desta rubrica aumentou, cerca de 97.111 Euros, aproximadamente 10% em relação a 2021, fruto da retoma progressiva da atividade da Entidade.

Verifica-se um aumento do valor da água, relativamente a 2021, resultante do facto da Câmara Municipal de S. Pedro do Sul ter revogado a anterior deliberação de 2011, que concedia isenção no pagamento do fornecimento de água, com efeitos a 01/01/2022.

Verifica-se uma diminuição do valor da eletricidade resultante da renegociação do contrato com a EDP.

Os “Serviços especializados” incluem 288.003 Euros referentes a Consultas Médicas de Hidrologia e Medicina Física e Reabilitação realizadas pelo corpo clínico (2021: 214.725 Euros).

	2022	2021	Variação	Variação %
Serviços especializados	370 182,49	271 582,27	98 600,22	36,3%
Rendas e alugueres	136 550,50	152 410,16	-15 859,66	(10,4%)
Electricidade	100 790,93	195 876,79	-95 085,86	(48,5%)
Publicidade e propaganda	95 900,85	90 780,15	5 120,70	5,6%
Água	80 697,62	220,16	80 477,46	36554,1%
Combustíveis	43 317,74	33 995,52	9 322,22	27,4%
Outros serviços (Inclui animação termal)	37 030,72	31 279,59	5 751,13	18,4%
Conservação e reparação	36 316,00	24 608,68	11 707,32	47,6%
Honorários	35 154,53	27 621,50	7 533,03	27,3%
Material de conservação e reparação	32 708,58	25 539,29	7 169,29	28,1%
Seguros	27 745,91	26 522,41	1 223,50	4,6%
Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	20 633,00	17 967,06	2 665,94	14,8%
Despesas de representação	18 677,37	25 590,05	-6 912,68	(27,0%)
Outros serviços	12 272,25	22 325,91	-10 053,66	(45,0%)
Serviços bancários	10 771,78	8 221,25	2 550,53	31,0%
Material para bem-estar	7 527,09	3 465,29	4 061,80	117,2%
Comunicação	5 672,34	5 822,83	-150,49	(2,6%)
Material de escritório	5 186,50	4 232,68	953,82	22,5%
Limpeza, higiene e conforto	3 295,37	9 822,74	-6 527,37	(66,5%)
Outros Materiais	2 684,83	3 648,58	-963,75	(26,4%)
Material para tratamentos	2 521,38	783,85	1 737,53	221,7%
Deslocações e estadas	1 880,18	1 725,05	155,13	9,0%
Contencioso e notariado	456,29	571,74	-115,45	(20,2%)
Livros e documentação técnica	281,17	430,77	-149,60	(34,7%)
Artigos de ofertas	225,18	4 288,24	-4 063,06	(94,7%)
Transportes de mercadorias	42,39	87,97	-45,58	(51,8%)
Vigilância e segurança	0,00	1 975,71	-1 975,71	(100,0%)
Outros Combustíveis	0,00	15,72	-15,72	(100,0%)
	1 088 522,99	991 411,96	97 111,03	9,80%

transferência financeira a cargo dos sócios, na proporção da respetiva participação social, com vista a equilibrar os resultados do exercício em causa”.

Relativamente ao ano de 2022, a compensação financeira para equilíbrio de resultados nos termos do nº2 do artigo 40º da Lei 50/2012 de 31 de agosto, tem o valor de 379.468,43 Euros (ver nota 12.2).

17.4. Outros gastos

RUBRICAS	Períodos	
	2022	2021
Impostos	27 699,23	31 145,70
IMI - Imposto Municipal sobre imoveis	16 275,45	16 275,45
Imposto selo	9 005,62	10 776,90
Taxas	2 418,16	4 093,35
Descontos de pronto pagamento concedidos	0,52	0,01
Perdas em inventários	3 913,19	252,60
Correções relativas a periodos anteriores	956,81	3 740,53
Donativos	0,00	0,00
Quotizações	9 551,36	6 602,44
Ofertas e amostras de inventários	7 479,74	3 372,78
Insuficiência estimativa para impostos	21,09	1 701,32
Outros	452,82	9 439,53
	50 074,76	56 254,91

17.5. Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

Em 2014, durante os meses de fevereiro a outubro, a Empresa foi objeto de uma ação inspetiva pela Direção de Finanças de Viseu, a qual incidiu sobre os exercícios económicos de 2010, 2011, 2012, 2013 e 2014 em sede de IVA, e sobre os exercícios económicos de 2011, 2012 e 2013 em sede de IRC, tendo sido notificada do Relatório de Inspeção Tributária em 26/11/2014.

De acordo com os serviços de inspeção tributária a Empresa não pode beneficiar nos tratamentos termais da isenção prevista na alínea 1 e na alínea 2 do Art.º 9º do CIVA, constituindo as mesmas prestações de serviços sujeitas a IVA.

Sucede que, de acordo com a informação nº2141, do SIVA, desp. de 86.11.04, a prestação de serviços termais está isenta de IVA, bem como as prestações que constituem o prolongamento direto dos cuidados médicos e sanitários prestados aos utentes, por inclusão no nº2 do artigo 9º do CIVA, devendo, no entanto, ficar fora do âmbito de isenção, as prestações de serviços efetuadas pela hotelaria, normalmente existente em tais estabelecimentos. Assim, tendo em consideração que o

entendimento vigente na altura emanado nesta informação administrativa se mantém atual face à jurisprudência produzida desde então, que define o âmbito de aplicação da isenção, a prestação principal - prestação de tratamentos termais - é uma operação isenta. Sendo também de mencionar que este entendimento foi recentemente prestado pela própria Autoridade Tributária na informação vinculativa referente ao processo nº4328, por despacho de 2013-01-14.

A Empresa não concorda com os fundamentos apresentados e correções efetuadas pela Autoridade Tributária em, aproximadamente, 3.525.000 Euros, tendo apresentado Reclamações Graciosas, Recursos Hierárquicos contra o indeferimento das Reclamações Graciosas, Pedidos de revisão oficiosa, Recursos Hierárquicos contra o indeferimento dos Pedidos de revisão oficiosa, em sede de IVA e IRC, para cada um dos anos.

A 18/11/2015 de acordo com o disposto na al. d), do n.º 1, do Art.º 102º, do CPPT e Art.º 97º do CIVA, apresentou Impugnação Judicial do ato de indeferimento tácito do recurso hierárquico do indeferimento da reclamação graciosa de apreciação da legalidade das liquidações de IVA e de Juros Compensatórios referentes aos exercício de 2010, 2011, 2012, 2013 e 2014, com base nos fundamentos de inexistência dos factos tributários subjacentes à liquidação, juros compensatórios não devidos, erro na determinação, qualificação e quantificação do imposto em falta por “correções técnicas”, vício de forma, preterição de formalidades legais, vício de violação da lei, ausência ou falta de fundamentação e outras irregularidades referidas nos Art.º 99º do CPPT.

A 24/03/2016 de acordo com o disposto no nº2 do Artº 76, Artº 99 e al. E), do nº1, do Artº102 do CPPT e Artº 137 do CIRC, apresentou Impugnação Judicial do ato de indeferimento tácito do recurso hierárquico do indeferimento da reclamação graciosa de apreciação da legalidade das liquidações de IRC e de Juros Compensatórios referentes aos exercício de 2010, 2011, 2012 e 2013, com base nos fundamentos de inexistência dos factos tributários subjacentes à liquidação, juros compensatórios não devidos, erro na determinação, qualificação e quantificação do imposto em falta por “correções técnicas”, vício de forma, preterição de formalidades legais, vício de violação da lei, ausência ou falta de fundamentação e outras irregularidades referidas nos Art.º 99º do CPPT.

No dia 14 de novembro de 2016 foi emitido o ofício-circulado nº30184 que versa sobre o assunto “IVA-Atividades desenvolvidas pelos estabelecimentos termais”. Atenta à pertinência desse ofício para a decisão do objeto dos autos, a Termalístur requereu a junção do mesmo aos autos, no entanto a Autoridade Tributária manteve a sua posição.

Para obter a suspensão da execução fiscal, e na impossibilidade de apresentar outras formas de garantia, a Termalístur aceitou dar como garantia sob a forma de penhor o trespasse do estabelecimento comercial com todos os seus pertences.

Em 28 de fevereiro de 2019, foi conhecida a sentença, do processo 887/15.2BEVIS, relativa da IVA de 2012, no valor de 763.416,71 Euros, que obteve o seguinte desfecho;

"julga-se a presente impugnação parcialmente procedente e, conseqüentemente,

a. Determina-se a anulação das Liquidações de IVA e juros compensatórios impugnadas respeitantes ao ano de 2012;

b. Absolve-se a Fazenda Pública do pedido de indemnização por garantia indevida e de condenação como litigante de má-fé.

ii) Condena-se nas custas do incidente de litigância de má-fé a impugnante, fixando-se estas em UC (cfr. Artº 527 do CPC aplicável a viarL 2. do CPPT, nfl 4 do ai-Lº 7Y e Tabela Anexa 11 cio RCP);

iii) Condenam-se nas custas dos presentes autos a impugnante e a Fazenda Pública, segundo o seu decaimento, respetivamente 5% e 95% [cfr. arL 527 do CPC aplicável ar v/arL 2. do CPPT, art. 6. e Tabela.

No ano de 2020 foram conhecidas as sentenças dos processos 888/15.0BEVIS, 886/15.4BEVIS e 886/15.6BEVIS, relativos aos valores o IVA de 2013, 2011 e 2010, respetivamente, onde consta a absolvição no pagamento das respetivas liquidações.

A Autoridade Tributária procedeu à apresentação do recurso das sentenças, e tendo em consideração da Mandatária judicial que está encarregue do processo, que considera a possibilidade de condenação da Entidade remota, a Administração considera possível não vir a ser penalizada com o pagamento dos impostos IVA/IRC e demais acréscimos legais, originados com as alterações efetuadas pela Autoridade Tributária neste e demais processos, com a mesma natureza, motivo pelo qual não procedeu à constituição de qualquer provisão. Presentemente, a entidade apresentou as contra-alegações do recurso apresentado pela Autoridade Tributária ao IVA de 2010.

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da Empresa em continuidade. A Administração, com base na informação disponível à data sobre o futuro da sociedade, entende que a Sociedade tem capacidade de prosseguir em continuidade, atendendo à sua capacidade diferenciadora face à concorrência e aos apoios que recebe do Município de S.P. Sul.

Termas, 30 de março de 2023

O Conselho de Administração



(Dr. Vítor Jorge Paiva Leal – Presidente do Conselho de Administração)

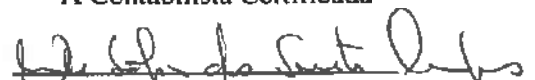


(Dr. Fernando Varanda Aido - Vogal)



(Dr.ª Teresa Cristina Castanheira de Almeida Sobrinho - Vogal)

A Contabilista Certificada



(Dr.ª Carla Sofia dos Santos Campos – CC n.º 85031)



TERMAS
SÃO PEDRO
DO SUL

SE COMO A ÁGUA